

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA – SEINFRA
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DO CEARÁ – PROURB-CE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

**PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE**

RELATÓRIO DE QUESTÕES / MÓDULO CONCEITO

CONSÓRCIO ESPAÇO PLANO / ENGESOFT

2000

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

TASSO RIBEIRO JEREISSATI

SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA

FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL DE HORIZONTE

JOSÉ ROCHA NETO

ELABORAÇÃO

CONSÓRCIO ESPAÇO PLANO / ENGESOFT

COORDENAÇÃO GERAL

EDUARDO ARAUJO SOARES - Arquiteto
FAUSTO NILO COSTA JÚNIOR - Arquiteto
AIRTON IBIAPINA MONTENEGRO JR. - Arquiteto

EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO

RAQUEL VERAS LIEBMANN - Arquiteta
LAURO CHAVES NETO - Economista
JOÃO BARROS GURGEL JÚNIOR - Geólogo
MARCELO PINHEIRO DE CASTRO REBELLO - Geólogo
NAYMAR GONÇALVES BARROSO SEVERIANO - Economista
HUGO ALEXANDRE BRASIL - Engenheiro Civil
MANOEL DA SILVA ALVES - Engenheiro Civil
IRACEMA GONÇALVES DE MELO - Pedagoga
CARLOS AUGUSTO FERNANDES EUFRÁSIO - Advogado
JOSÉ DE ANCHIETA MOTA DE MELO - Advogado
MARIA MARGARETE GIRÃO NOGUEIRA - Advogada
DUMITRU PURCARU - Economista

COLABORAÇÃO TÉCNICA

ÂNGELA MARIA CARVALHO MOTA - Arquiteta
ANA CRISTINA GIRÃO BRAGA - Arquiteta
JEANINE LIMA CAMINHA - Arquiteta
REGINA MARIA ROCHA NOVAIS - Estagiária em Arquitetura
GEORGIANA MARIA A. MONT'ALVERNE - Estagiária em Arquitetura
MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ - Estagiária em Arquitetura

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

MANOEL PEREIRA DA SILVA - Coordenador do PROURB
REGINA LÚCIA NEPOMUCENO COSTA E SILVA - Arquiteta / Coordenadora do PDDU
GERALDO EGRIMAR DA SILVA - Engenheiro Civil
SORAIA COLAÇO - Socióloga
VANDA ANSELMO BRAGA DOS SANTOS - Assistente Social
EDILBERTO LIMA DE SOUSA - Coordenador do Cadastro Técnico
RAIMUNDO EXPEDITO DA SILVA - Diretor do Setor de Obras
JOSÉ ALMEIDA LIMA - Técnico Agrícola

EQUIPE DE APOIO

FRANCISCO DE OLIVEIRA BRASIL
HENRIQUE SOARES DE COIMBRA
ALEXANDRE ELIAS FERNANDES
ROBERTO CESAR OLIVEIRA CHAVES
DANIELLE ALVES LOPES
AILA MARIA ALMEIDA OLIVEIRA
MARIA AURENIR DA SILVA LIMA
FERNANDA ELIAS FERNANDES
CÍCERO VIEIRA NOBRE

A CIDADE QUE QUEREMOS...

"UMA CIDADE COM ALTO NÍVEL DE ACESSIBILIDADE SOCIAL AOS BENS E AOS SERVIÇOS PARA TODOS OS SEUS MORADORES, REALÇANDO SUA HERANÇA HISTÓRICA, PRESERVANDO SEU AMBIENTE NATURAL E PROMOVEDO O CONFORTO DA VIDA URBANA COM JUSTIÇA E EQÜIDADE".

1.0 APRESENTAÇÃO	11
2.0 HISTÓRIA, EVOLUÇÃO URBANA, SITUAÇÃO ATUAL, CONTEXTO REGIONAL, PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E DINÂMICA POPULACIONAL	14
2.1 HISTÓRIA	15
2.2 EVOLUÇÃO URBANA	16
2.3 SITUAÇÃO ATUAL	17
2.4 CONTEXTO REGIONAL	19
2.5 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO	19
2.6 DINÂMICA POPULACIONAL	23
2.6.1 EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE HORIZONTE NO PERÍODO 1970 / 2020	23
2.6.2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL	25
2.6.3 ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE HORIZONTE NOS GRUPOS ETÁRIOS DE 0 A 6, DE 7 A 14 E DE 15 A 19 ANOS	27
3.0 SUMÁRIO DE QUESTÕES	29
3.1 DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	30
3.2 USO DO SOLO, DESENHO URBANO E FORMA DA CIDADE	31
3.2.1 USO DO SOLO	31
3.2.2 DESENHO URBANO	34
3.2.3 FORMA DA CIDADE	35
3.3 HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	38
3.3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS BAIRROS IDENTIFICÁVEIS NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE - DISTRITO-SEDE	40
3.3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS IDENTIFICÁVEIS NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE - DEMAIS DISTRITOS	44
3.4 INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	49
3.4.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA	49

3.4.2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	50
3.4.3	LIMPEZA URBANA	50
3.4.4	DRENAGEM	51
3.4.5	TELEFONIA	52
3.4.6	ENERGIA ELÉTRICA	52
3.4.7	SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	53
3.4.8	SEGURANÇA PÚBLICA	53
3.5	INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	54
3.5.1	SAÚDE	55
3.5.2	EDUCAÇÃO	55
3.5.3	CULTURA, ESPORTE E LAZER	55
3.6	SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE PÚBLICO	56
3.6.1	SISTEMA VIÁRIO	56
3.6.2	TRANSPORTE PÚBLICO	57
3.7	MEIO AMBIENTE	58
4.0	QUESTÕES PARA DISCUTIR COM O COMITÊ MUNICIPAL	64
4.1	CONJUNTO DE PAINÉIS 1 – DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	66
4.2	CONJUNTO DE PAINÉIS 2 – IMAGEM DA CIDADE	67
4.3	CONJUNTO DE PAINÉIS 3 – HABITAÇÃO E VIZINHANÇA	67
4.4	CONJUNTO DE PAINÉIS 4 – TRANSPORTE	68
4.5	CONJUNTO DE PAINÉIS 5 – CENTRO URBANO	68
4.6	CONJUNTO DE PAINÉIS 6 – ÁREAS VERDES, PARQUES E RECREAÇÃO	69
4.7	CONJUNTO DE PAINÉIS 7 – SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS	69
5.0	METAS	71

5.1	META 1 – OBTER A CONDIÇÃO ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO	72
5.2	META 2 – GERENCIAR O CRESCIMENTO	73
5.3	META 3 – DESENVOLVER E MANTER UMA IMAGEM POSITIVA DA CIDADE	74
5.4	META 4 – CRIAR E MANTER VIZINHANÇAS SAUDÁVEIS E DIVERSIFICADAS EM TODA A CIDADE E NOS DISTRITOS	76
5.5	META 5 – PROTEGER A QUALIDADE DO SISTEMA AMBIENTAL	77
5.6	META 6 – SERVIÇOS PÚBLICOS IGUALITÁRIOS E EFICIENTES	77
6.0	CONCEITOS E DIRETRIZES	79
6.1	DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	80
6.2	USO DO SOLO, DESENHO URBANO E FORMA DA CIDADE	83
6.3	HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	94
6.4	INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	96
6.5	INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	97
6.6	SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE PÚBLICO	100
6.7	MEIO AMBIENTE	102
7.0	GLOSSÁRIO	105
8.0	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
9.0	ANEXOS	113

RELAÇÃO DOS CROQUIS E MAPAS

• CROQUIS

01 – CROQUIS Nº 01 – Ocupação do Solo Urbano – Desenvolvimento Linear	35
02 – CROQUIS Nº 02 – Ocupação do Solo Urbano – Vazios Urbanos	36
03 – CROQUIS Nº 03 – Distrito de Dourados – Condições Atuais	45
04 – CROQUIS Nº 04 – Distâncias Eficientes	84
05 – CROQUIS Nº 05 – Caminho Alternativo para Pedestres	84
06 – CROQUIS Nº 06 – Relação Percursos / Identidade	86
07 – CROQUIS Nº 07 – Influência do Desvio da BR-116	88
08 – CROQUIS Nº 08 – Urbanização dos Vazios Urbanos	90
09 – CROQUIS Nº 09 – Centros de Atração das Unidades de Vizinhança	91
10 – CROQUIS Nº 10 – Raio de Caminhabilidade – “Fórum Visível”	92
11 – CROQUIS Nº 11 – Conflitos nos Corredores Comerciais	92
12 – CROQUIS Nº 12 – Relação de Proximidade entre Habitação e Equipamentos	93

• MAPAS

01 – MAPA Nº 01 – Organização Territorial do Município	114
02 – MAPA Nº 02 – Situação Regional de Horizonte	20
03 – MAPA Nº 03 – Região Metropolitana de Fortaleza – Município de Horizonte ...	21
04 – MAPA Nº 04 – Uso do Solo – Condições Atuais	115
05 – MAPA Nº 05 – Habitação e Comunidade – Condições Atuais	116
06 – MAPA Nº 06 – Infra-estruturas e Serviços Públicos – Condições Atuais	117
07 – MAPA Nº 07 – Sistema Viário e Transporte Público – Condições Atuais	118
08 – MAPA Nº 08 – Meio Ambiente – Condições Atuais	119

RELAÇÃO DOS GRÁFICOS E TABELAS

• GRÁFICOS

01 – GRÁFICO Nº 01 – População Total – Observada e Projetada – 1970 / 2020 ...	25
02 – GRÁFICO Nº 02 – População Urbana Observada e Projetada – 1970 / 2020 ..	27

• TABELAS

01 – TABELA Nº 01 – Taxas de Incrementos Populacionais	23
02 – TABELA Nº 02 – Projeções Populacionais e Erro das Projeções – 1980 / 2020	26
03 – TABELA Nº 03 – Projeções da População por grupos etários e erro das Projeções – Sede Municipal – 1970 / 2020	28

O **Relatório de Questões / Módulo Conceito** consiste num diagnóstico que toma por base as informações contidas nos Termos de Referência para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Horizonte, o posterior desenvolvimento dessas informações na Proposta Técnica do Consórcio, acrescidas de levantamentos realizados em campo, e pesquisas complementares em documentos originais de órgãos federais, estaduais e municipais.

Além dessas fontes, o **Relatório de Questões / Módulo Conceito** apoia-se em depoimentos de moradores da Cidade de Horizonte e através de questões essenciais que foram colocadas na **Oficina I**, para discussão pelo Comitê local.

Seu objetivo é estruturar o conhecimento dos problemas por parte da Equipe Técnica do PDDU, e servir de guia para analisar as questões relevantes do município.

Qual o tipo de cidade que temos e como os esforços da comunidade podem ser dirigidos para obter a cidade que queremos? Este foi o desafio colocado na elaboração do **Relatório de Questões / Módulo Conceito**.

Na **Oficina I – Subsídios à Construção do Relatório de Questões / Módulo Conceito**, apresentou-se um Roteiro de Questões ao Comitê Municipal, levantando problemas, discussões e informações sobre o Município e a Cidade de Horizonte. Os cidadãos representantes foram perguntados sobre essas questões e as responderam produzindo um conjunto de informações que, uma vez ordenadas e confrontadas com os padrões técnicos, originaram metas, conceitos e diretrizes que consubstanciam o presente documento. Ele resume uma série de expressões sobre o caráter da cidade, além de destacar os pontos fortes que devem ser realçados, alinhando os obstáculos e problemas para responder ao desafio principal: como resolvê-los e chegar ao tipo de cidade que a comunidade deseja?

O **Relatório de Questões / Módulo Conceito** do **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano** de Horizonte está dividido em nove itens, quais sejam:

1.0 – Apresentação

2.0 – História, Evolução Urbana, Situação Atual, Contexto Regional, Perfil Sócio-Econômico e Dinâmica Populacional

3.0 – Sumário de Questões

4.0 – Questões para Discutir com o Comitê Municipal

5.0 – Metas

6.0 – Conceitos e Diretrizes

7.0 – Glossário

8.0 – Bibliografia

9.0 – Anexos

O conjunto dos oito primeiros capítulos, são enriquecidos por informações cartográficas diluídas ao longo do documento e no capítulo nono, sob a denominação de ANEXOS, estão contidos mapas e croquis.

O **Relatório de Questões / Módulo Conceito** será o instrumento balizador para as etapas de proposições que se seguirão: o **Plano Estratégico** e o **Plano de Estruturação Urbana**.

2.0 - HISTÓRIA, EVOLUÇÃO URBANA, SITUAÇÃO ATUAL, CONTEXTO REGIONAL, PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E DINÂMICA POPULACIONAL

2.1 HISTÓRIA

O recente Município de Horizonte tem sua história vinculada à história da região circunvizinha. Distrito de Aquiraz, quando foi criado sob o decreto Nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, passou a Distrito de Pacajus através do decreto Nº 1.591, de 23 de maio de 1935, permanecendo assim até sua municipalização em 1987.

Primeiramente ficou conhecido como “Olho d’Água”, devido à existência de vários olhos d’água que serviram, nos anos de seca, para abastecimento de toda a região circunvizinha. Teve seu nome substituído pelo atual através do decreto Nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

A formação do seu núcleo urbano está diretamente relacionada à sua localização. Situado na zona de transição entre litoral e sertão, estabelecendo-se na rota de passagem (atual BR-116) da população que fazia a interligação da capital com a chamada zona dos tabuleiros do Ceará, servindo como local de parada e descanso da mesma.

Nas primeiras décadas desse século, Horizonte apresenta-se como uma pequena localidade disposta ao redor de uma capela (São João Batista) e em função da estrada. As áreas adjacentes ao núcleo urbano apresentam-se inteiramente rurais com fazendas, sítios e chácaras. Sua economia é, até então, fundamentada na produção agrícola, principalmente das culturas de mandioca e de cana de açúcar.

Com a sua elevação à categoria de município, pode ser percebida uma transformação do setor produtivo. A entrada no mercado da avicultura, com a instalação da Granja São José, num primeiro momento, vem impulsionar esse processo de municipalização. Em conjunto, a inserção do setor industrial com implantação de diversas indústrias (nos setores têxtil, mecânico, calçadista, de vestuário e de material plástico), gera um quadro de crescimento das atividades econômicas de Horizonte.

Essas mudanças vêm acompanhadas de diversos fatores, que juntos formam a cidade que hoje se configura. Um aumento populacional, principalmente por população de baixa renda, aumento no espaço físico com novos loteamentos, ao longo da rodovia, e uma expansão do setor comercial.

Tudo isso feito de forma aleatória, acarretando um mau aproveitamento de seu solo em detrimento da qualidade de sua paisagem urbana.

2.2 EVOLUÇÃO URBANA

O núcleo urbano de Horizonte nasce na rota de passagem que interliga a capital com a zona dos tabuleiros do Ceará. Estabelece-se como local de parada e descanso. Implanta-se na margem da estrada, tendo a Capela de São João Batista como estruturadora do espaço central do núcleo.

Sem grandes funções urbanas ou mudanças estruturais no que diz respeito à atividade econômica básica da região, a área referente ao núcleo apresenta um lento crescimento até metade do século. Essas características econômicas implicam na fixação de população de baixa renda, atividades culturais desfavorecidas, infra-estrutura básica em condições precárias, o que vêm afetar a qualidade do desenho urbano e do valor arquitetônico das edificações erigidas no local. O espaço público de convívio é restrito à única praça (da capela) existente no núcleo.

As áreas adjacentes configuraram-se, por muito tempo, como estritamente rurais com fazendas, sítios e chácaras voltadas para produção agrícola.

Com o aumento populacional, a cidade expande-se numa estrutura linear de ocupação, à margem da rodovia, no sentido norte-sul e configura-se em decorrência do gradativo e lento processo de parcelamento das glebas dos latifúndios originais, sob a forma de loteamentos precariamente desenhados.

Os primeiros loteamentos situados a leste da rodovia dão uma nova conformação urbana à cidade aumentando sua área central e expandindo seus limites para além da rodovia.

Até meados dos anos 70, a urbanização restringe-se ao núcleo central em torno da Igreja, salvo alguns loteamentos com baixa ocupação na área circunvizinha.

É com a municipalização que se observa um crescimento considerável do espaço físico da cidade. Ofertas de emprego são geradas quando da entrada de novos setores na economia do Município, impulsionando um aumento populacional. É o caso da avicultura e, posteriormente, das implantações industriais.

O primeiro passo rumo a essas mudanças é a instalação da Granja São José, que se dá na vizinhança da área central, num local onde antes não existia concentração populacional, mas que hoje já foi envolvida pela área urbanizada, trazendo conseqüências desagradáveis e situação de desconforto por parte da população, pela incompatibilidade desta função com as atividades urbanas.

Em seguida, a instalação de diversas indústrias espalhadas na área que compreende a sede acarreta novos surtos de ocupação, expandindo ainda mais a zona urbana no sentido norte-sul, margeando a rodovia.

Novos loteamentos vão surgindo espontaneamente, deixando vazios urbanos, ao mesmo tempo em que as áreas próximas à zona central vão se consolidando e adensando. Esses loteamentos são responsáveis por uma redistribuição da população residente fazendo com que o uso da área central se volte, principalmente, para o comércio e os serviços. Hoje, o que se verifica é um quadro de desorganização espacial. Uma cidade de difícil leitura e identificação, sem um centro simbólico configurado e com indefinição das características de seus bairros.

2.3 SITUAÇÃO ATUAL

O Município de Horizonte possui 4 (quatro) distritos (Sede, Queimadas, Dourados e Aningas), localizados um a oeste e dois a leste do distrito sede, com população total estimada de 25.382 habitantes¹, sendo que 63% reside na área urbana e 37% na área rural.

A densidade populacional é de 103 hab/km² e a taxa de urbanização é de 52,2%². Situa-se a 40,00km de Fortaleza, limitando-se ao norte com o município de Aquiraz e Pindoretama, a leste com Cascavel, ao sul com Pacajus e a oeste com Guaiuba e Itaitinga. É cortado pela BR-116 e pela CE-350. Suas estradas intermunicipais são vias carroçáveis em areia, o que dificulta a acessibilidade aos distritos. (MAPA N° 01)³

Com relação aos aspectos naturais, Horizonte é integrante da região semi-árida e, portanto, apresenta sérios problemas em sua estação chuvosa que, além de mal distribuída geograficamente, é irregular, com precipitações pluviométricas médias em torno de 780,7mm. O clima do Município é quente e seco. Destacam-se o Rio Catu e o Rio Mal Cozinhado como principais fontes hídricas do Município.

A área circunvizinha à sede é, primordialmente, rural, com característica de localidade, sem infra-estrutura básica, utilizando-se da sede como provedora de serviços e comércio. Apresenta precária condição de moradia.

O deslocamento da população é feito ou “a pé” ou de bicicleta, ou ainda por transporte de tração animal, incluindo as viagens por lazer e por necessidade cotidiana dos trabalhadores.

¹ Fonte: IBGE 1996.

² Fonte: Plano Municipal de Saúde – Secretaria Municipal de Saúde – 1997.

³ O Mapa N° 01 está apresentado no Capítulo 9.0 – Anexos.

Não há sistema de transporte coletivo público. A maioria das indústrias oferece transporte para seus funcionários. Além disso, existem as linhas que cortam o Município servindo como auxílio ao transporte local.

O Distrito de Dourados diferencia-se dos demais, quanto à produção agrícola, voltando-se para a produção de hortaliças (servindo à sede, CEASA, Quixadá e outros) e pela quantidade de olarias. Seu núcleo é o mais desenvolvido entre os demais, principalmente pela sua maior proximidade com o Distrito Sede.

A fruticultura tem apresentado elevadas taxas de rendimento, o que indica potencialidade de negócios para a localidade.

Como município e cidade em formação, Horizonte necessita de certos estímulos para desenvolver-se, especialmente como pólo industrial, aproveitando a sua relativa proximidade aos terminais portuários, aeroportuários e rodoviários, e a possibilidade de integração à Região Metropolitana de Fortaleza e aos municípios mais industrializados de Maracanaú e Caucaia.

Por força de suas características históricas e geográficas, o sítio original de Horizonte, produz um tipo de ocupação linear no sentido norte-sul. O elemento ordenador deste desenvolvimento é a rodovia BR-116, que liga Fortaleza a Horizonte e na seqüência, no sentido sul, vai conectando-o com outros municípios.

Com a municipalização ocorre uma expansão urbana no sentido leste-oeste, mas as precárias condições de conexão das estradas, dificultam o desenvolvimento das sedes distritais e as relações com os municípios litorâneos a leste e os demais municípios a oeste.

Usando inteligente e adequadamente a sua condição de cidade rodoviária, conectada a uma extensa e estratégica rodovia federal asfaltada que a liga a todo o Brasil, o Município poderá descortinar novos horizontes em seu desenvolvimento futuro. A cidade apresenta grande potencial de desenvolvimento, sobretudo pela proximidade com Fortaleza (39,00km), maior mercado consumidor do Estado.

É na qualidade de cidade industrializada que Horizonte projeta o seu cenário futuro, possuindo, para tanto, a infra-estrutura física necessária no campo das telecomunicações, eletrificação, água subterrânea e, naturalmente, acessos.

2.4 CONTEXTO REGIONAL

O Município de Horizonte localiza-se no Nordeste do Estado, na Região Administrativa Nº 09 e na Microrregião de Pacajus. (MAPA Nº 02 e MAPA Nº 03)

O setor industrial encontra-se em fase de desenvolvimento, com 27 indústrias, em funcionamento e tinha previsão para instalação de mais 40 em 1998¹. O Distrito Industrial, atualmente, apresenta uma única indústria ativa e uma indústria em construção.

Na atualidade, o Município tem baixa atratividade para investidores estrangeiros uma vez que não apresenta bons indicadores de qualidade de vida urbana, nem mão-de-obra qualificada.

Horizonte inscreve-se como uma das alternativas mais promissoras do processo de descentralização do parque industrial do Estado. É importante aproveitar toda a sua potencialidade atual e vantagens competitivas na atração de indústrias a nível da Região Metropolitana de Fortaleza.

Nesse momento, Horizonte integra um conjunto de municípios cearenses, incluídos nos planejamento urbano e econômico do Governo do Estado, visando alcançar uma posição estratégica para o desenvolvimento, através do programa PROURB-CE, e do Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimentos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE. Esse conjunto de interferências produzirá mudanças radicais em sua estrutura urbana, bem como em sua relação regional com a área metropolitana da cidade de Fortaleza.

A economia do Município será alterada com a expectativa de instalação de mais 40 indústrias já programadas, com a geração de novos empregos diretos.

Ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano caberá a tarefa de indicar, oportunamente, as áreas adequadas para a conveniente locação das áreas industriais e a definição de sua relação com o conjunto das funções urbanas.

2.5 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

A maioria da população do Município de Horizonte é de baixa renda e vive em casas populares. Não há rede de esgotos e a água é obtida através de chafariz público, poço e cacimba. Só há água encanada em algumas habitações. A maioria da população mora em casas de tijolos.

¹ Fonte: Panorama da Indústria e Comércio de Horizonte - Secretaria da Indústria e Comércio de Horizonte.

Inserir Mapa Nº 02 – Situação Regional De Horizonte

Inserir Mapa Nº 03 – Região Metropolitana De Fortaleza / Município De Horizonte

A distância dos serviços e do comércio revela a falta de estrutura básica de apoio dentro dos bairros (loteamentos). Isso retrata as precárias condições de moradia da população de Horizonte.

Afere-se que a população de Horizonte é predominantemente composta por crianças, jovens e adultos em idade produtiva, sendo 40% dessa população de até 14 anos e apenas 7,5% encontra-se na terceira idade, o que sugere a intensificação dos investimentos em educação e os esforços na geração de emprego e renda. No que diz respeito à distribuição da população por sexo, tem-se uma leve supremacia masculina (51%) sobre a feminina (49%)¹.

O analfabetismo na população do Município demonstra índices elevados, apresentando, na faixa etária entre 9 e 10 anos um percentual de 56,4% de população analfabeta; entre 11 e 14 anos um total de 33,3% e de 15 anos em diante, um percentual de 43,1%; índices maiores que a média total do Estado que é de 35,8%².

A taxa de escolaridade real, no ensino de 1º grau é de 67,47% no Município, ficando no 115º lugar em relação aos outros municípios do Estado, que apresenta índice de 78,28%³.

O processo de industrialização de Horizonte ocorre de forma a transformá-lo em um dos pólos de fomento do Nordeste. O fato de situar-se à margem da BR-116, em fase de duplicação, constitui rota natural para vários Estados do país, diminuindo custos de transporte e prazo de entrega.

Nos últimos anos, registrou-se um crescimento expressivo do comércio do Município. O número de estabelecimentos cresceu bastante entre 1985 e 1995. Entretanto, o número de estabelecimentos varejistas continuou representando quase a totalidade das firmas comerciais. Esse fato é decorrente da grande incidência de estabelecimentos de artigos de mercearia, que representam, aproximadamente, a metade do total de estabelecimentos varejistas no Município de Horizonte.

O setor primário está presente no Município desde sua criação, em 1987, com ênfase na avicultura, que atualmente é constituída por seis importantes granjas.

Afora essa atividade, Horizonte tem um potencial agrícola voltado especialmente para a fruticultura, haja vista antigamente ter sido grande produtor de abacaxi e, hoje, ainda possui

¹ Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – IPLANCE, 1997/98.

² Fonte: IBGE – Censo Demográfico/1991.

³ Fonte: IPLANCE – Ranking dos Municípios / 1996.

extensas áreas de cajueiro, coqueiro, além de outras culturas como cana-de-açúcar, mandioca, feijão, horticultura.

A apicultura, através de incentivos recebidos do Banco do Nordeste e Banco do Brasil, constitui outra importante atividade primária com tendência a crescimento.

Ante a falta de água no Município, pela irregularidade das chuvas, foram feitos estudos para implantação de oito dessalinizadores para beneficiar seis comunidades de alguns distritos e também da sede.

Observando o comportamento do Produto Interno Bruto, PIB de Horizonte, no período 1993/1996, percebe-se um incremento de 768,5% na atividade econômica cujo valor, em 1996, foi de R\$ 85.464,26, ocupando a 20ª posição no Estado. No que diz respeito ao PIB Per Capita¹, no mesmo ano, tem-se o valor de R\$ 3.367,00 por habitante, colocando o Município na 4ª posição no Ranking. Esse resultado é considerado satisfatório por superar o valor de U\$ 400,00, estipulado pelo Banco Mundial como limite máximo de pobreza urbana. Saliente-se que os Municípios de Euzébio e Maracanaú superaram Horizonte quanto a essa variável.

2.6 DINÂMICA POPULACIONAL

2.6.1 EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE HORIZONTE NO PERÍODO 1970 / 2020

Os censos demográficos de Horizonte mostram que o Município vem apresentando incrementos populacionais elevadíssimos nas últimas décadas e indicando que continuará a crescer com taxas anuais também elevadas nas décadas seguintes; o mesmo fato vai ocorrer na Sede Municipal, que apresentará taxas de incrementos anuais explosivas até o ano 2005, conforme os dados a seguir apresentados na TABELA Nº 01:

TABELA Nº 01 – TAXAS DE INCREMENTOS POPULACIONAIS				
INCREMENTO POPULACIONAL (%)	1980/1991	1991/1996	1996/2000	2000/2005
TOTAL	5,4467	6,7814	12,9743	5,7936
SEDE MUNICIPAL	5,9098	7,7036	14,1955	12,5847

¹ PIB per capita é o PIB do município dividido pela sua população.

Em 1980 a população municipal totalizava 10.202 habitantes, quando ainda pertencia, como distrito, ao Município de Pacajus; em 1991, já emancipado, a população do Município elevava-se para 18.283 pessoas, tendo incorporado ao seu contingente, povoados pertencentes a Pacajus.

A evolução populacional de Horizonte, entre 1980/1991, é completamente atípica, pois o Município já nasce com grande contingente de população. Esse fato terá grande repercussão nas estimativas populacionais até 2005.

O crescimento observado entre 1980/1991 coloca o Município na 4ª posição no Ranking de crescimento demográfico do Estado, com relação à taxa geométrica de crescimento anual.

Projeta-se, com base no estudo de tendências a longo prazo, uma taxa explosiva de crescimento anual da população urbana do Município.

Deve-se alertar que tais projeções precisam ser ajustadas por ocasião dos censos demográficos vindouros, uma vez que intervenções endógenas, bem como fatores exógenos, podem alterar as projeções efetuadas com base em tendências a longo prazo.

Estima-se que a população da Cidade de Horizonte evoluirá para 23.258 residentes em 2000, 31.680 pessoas em 2005 e 43.151 habitantes no ano 2010.

O ritmo de crescimento urbano apresenta uma tendência de progressão e aceleração, observando-se que o contexto urbano será mais pressionado nas próximas décadas pelo aumento populacional.

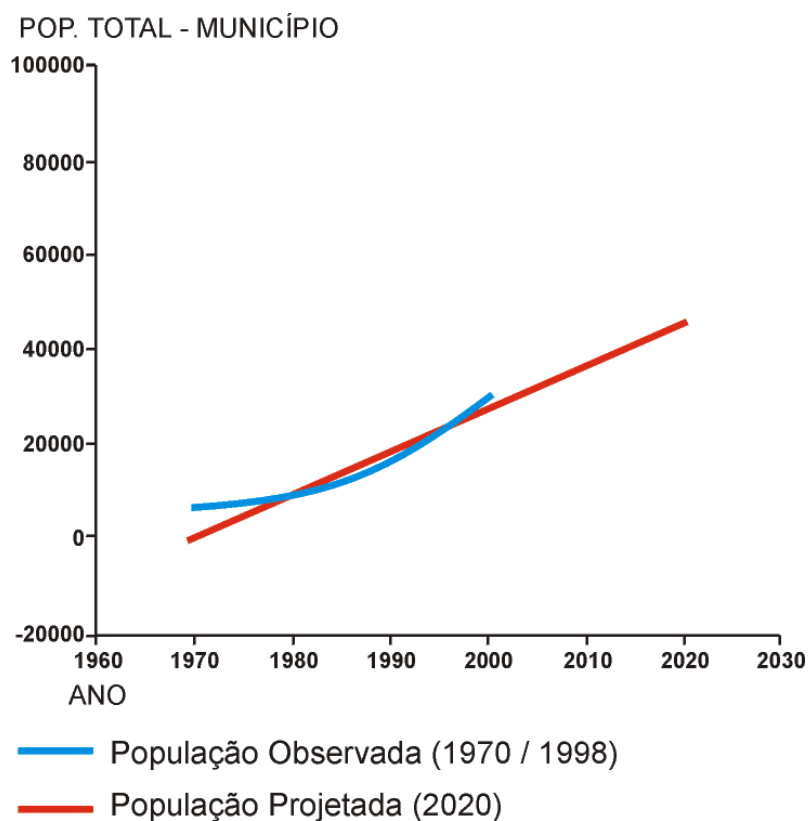
Esse crescimento apresenta-se como uma barreira à implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano já que, ao incremento populacional projetado, gerador de maiores demandas para todos os setores da cidade, soma-se o problema dos déficits acumulados até o presente em serviços e infra-estrutura, detectado no Módulo Conceito, constituindo o principal desafio da Sociedade Civil e dos Poderes Públicos em relação à qualidade de vida na Cidade de Horizonte nos próximos anos.

Estudos realizados¹ para projetar a população total do Município nos anos de 1998, 1999, 2000, 2005, 2010 e 2020, indicaram que a projeção da população nesses anos apresentava melhor ajustamento à distribuição logística, conforme GRÁFICO Nº 01.

¹ Estudos estatísticos e demográficos realizados pelo Professor Nicolino Trompieri Filho.

Vale ressaltar que os dados contidos na TABELA Nº 02, a seguir, a partir do ano de 1997, são projeções e, como tal, sujeitas a ajustes periódicos por ocasião dos próximos censos demográficos.

GRÁFICO Nº 01 – POPULAÇÃO TOTAL – OBSERVADA E PROJETADA – 1970-2020



2.6.2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL

Os dados censitários do IBGE, para Horizonte, são muito recentes para confirmar se está havendo aumento ou diminuição da população rural, como é a tendência observada para todo o Estado.

Entretanto, o IPLANCE apresenta uma taxa de incremento da população rural no período 1980/1991 de 6,45% ao ano.

Novamente temos um fenômeno atípico ocorrendo em Horizonte, que é a existência de uma alta taxa de crescimento da população rural.

Comparando-se as projeções contidas na TABELA Nº 01, a seguir, às taxas de crescimento anual da população estadual observa-se que houve perdas de efetivos populacionais rurais no

Estado como um todo (-1,06%) e aumento significativo em Horizonte. É também maior a taxa de incremento anual do contingente urbano de Horizonte (incluindo sedes distritais) quando comparada com a taxa observada para o Ceará (3,63%).

TABELA Nº 02 – PROJEÇÕES POPULACIONAIS E ERRO DAS PROJEÇÕES – 1980 / 2020

ANO ¹	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO PROJEÇÃO			POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL PROJEÇÃO		
	HABITANTES	ERRO NA PROJEÇÃO	PROPORÇÃO DO ERRO	HABITANTES	ERRO NA PROJEÇÃO	PROPORÇÃO DO ERRO
1980	10.115	87	0,009	6.757	78	0,011
1991	18.793	- 510	- 0,028	13.335	- 481	- 0,37
1996	24.906	476	0,019	18.164	465	0,025
1997	26.349			19.322		
1998	27.876			20.554		
1999	29.491			21.864		
2000	31.199			23.258		
2005	41.347			31.680		
2010	54.795			43.151		
2015	72.617			58.776		
2020	96.236			80.058		

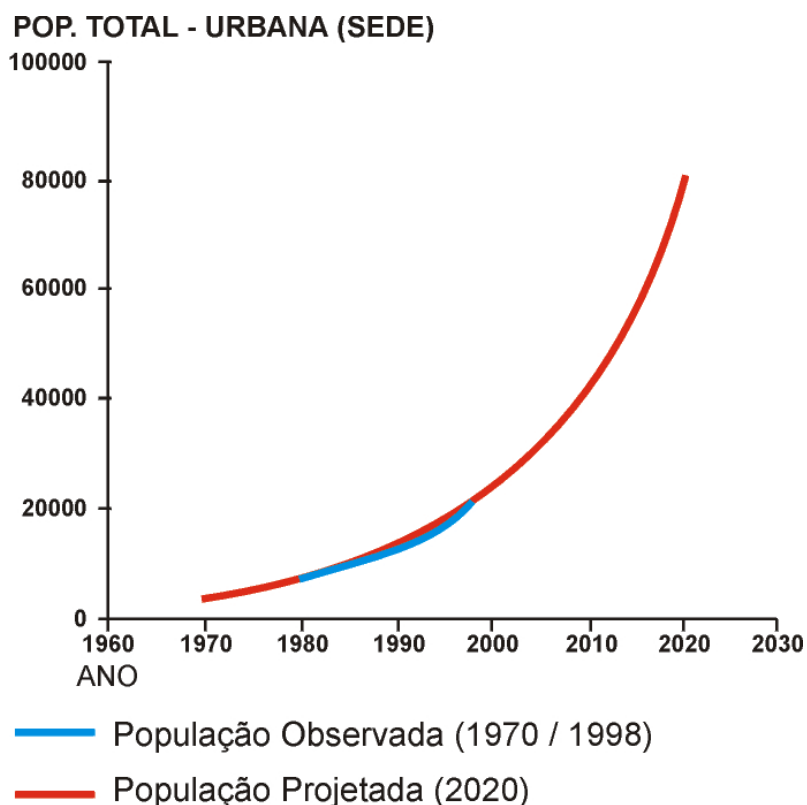
Fonte: Estudos estatísticos e demográficos realizados pelo Professor Nicolino Trompieri Filho.

Na Cidade de Horizonte, os efeitos do crescimento populacional explosivo estão se refletindo na demanda por terreno, moradia, emprego, água, esgoto, luz, escola, posto de saúde, hospitais, alimentos, transportes e comunicação, já sentidos nas áreas urbanas do Município, evidenciando-se na ocupação desordenada do espaço urbano e configurando-se em loteamentos aleatórios e bairros periféricos carentes de infra-estrutura física e social.

¹ As estimativas para os anos com censos já decorridos demonstram a segurança das estimativas, conforme se observa no cálculo de erro na projeção e na projeção do erro, utilizando como base a distribuição logística; por outro lado, permitem obter dados nem sempre disponíveis de um censo demográfico para outro.

O GRÁFICO Nº 02 apresenta a evolução observada e projetada da população urbana de Horizonte de 1970 a 2020.

GRÁFICO Nº 02 – POPULAÇÃO URBANA – OBSERVADA E PROJETADA – 1970-2020



2.6.3 ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO E URBANA DA CIDADE DE HORIZONTE NOS GRUPOS ETÁRIOS DE 0 A 6 ANOS, DE 7 A 14 ANOS E DE 15 A 19 ANOS

As estimativas populacionais, segundo grupos etários, permitem visualizar o padrão de crescimento demográfico, bem como prever os tipos de demandas que serão geradas por esse padrão de evolução populacional.

Observou-se que a distribuição da população dada pelos censos de 1970, 1980, 1991 e 1996 nos grupos etários de 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, e 15 a 19 anos, na sede urbana e na população total, apresenta melhor ajustamento à distribuição logística. Para projetar o crescimento da população por grupos etários, tomou-se a população urbana nos grupos etários citados acima, dada pelos censos de 1980 e 1991, estimou-se a população nesses grupos para os anos de 1970 e 1996. Procedeu-se, em seguida, com a redistribuição da população dos grupos etários supracitados, reagrupando-os nos intervalos etários de 0 a 6 anos, 7 a 14 anos

e 15 a 19 anos para os anos de 1970, 1980, 1991 e 1996. Em seguida, ajustou-se essas três distribuições e a distribuição da população total do Município à distribuição logística com projeção para os anos de 1998, 1999, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020.

A TABELA Nº 03 apresenta a população da sede municipal projetada por grupos etários até o ano 2020, o erro de estimativa em relação à população por grupos etários nos anos de censo e a proporção do erro em relação à população projetada.

TABELA Nº 03 – PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS E ERRO DAS PROJEÇÕES – SEDE MUNICIPAL – 1970 / 2020

ANO	0 a 6 ANOS			7 a 14 ANOS			15 a 19 ANOS		
	POPULAÇÃO	ERRO	PROPORÇÃO DO ERRO	POPULAÇÃO	ERRO	PROPORÇÃO DO ERRO	POPULAÇÃO	ERRO	PROPORÇÃO DO ERRO
1970	798	0,0	0,009	868	0,0	0,0	431	0,0	0,0
1980	1.401	12	- 0,027	1.522	13	0,009	756	7	0,009
1991	2.602	- 71	0,019	2.822	- 78	- 0,28	1.406	- 38	0,027
1996	3.447	66		3.736	73	0,019	1.864	35	0,019
1997	3.647			3.952			1.972		
1998	3.858			4.180			2.086		
1999	4.081			4.422			2.207		
2000	4.317			4.677			2.335		
2005	5.720			6.193			3.094		
2010	7.579			8.200			4.101		
2015	10.042			10.858			5.436		
2020	13.306			14.377			7.205		

Fonte: Estudos estatísticos e demográficos realizados pelo Professor Nicolino Trompieri Filho.

As tendências indicam que haverá um crescimento positivo da população de 0-19 anos ao longo dos 22 anos estimados, sendo esse segmento proporcionalmente elevado na população da Cidade de Horizonte. Esse fato exige que a Sociedade e os Poderes Públicos voltem-se para a expansão das políticas sociais públicas nos campos da educação, cultura, esporte, lazer e saúde para esse segmento populacional.

A dinâmica populacional da Cidade de Horizonte, com o padrão de crescimento demográfico apresentado, coloca o Poder Público Municipal diante de grandes desafios.

3.1 DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

Em 1996 a população de Horizonte alcançou 25.382 habitantes, sendo que 63% residiam na zona urbana. Dada a elevada taxa de urbanização, com tendência crescente, o Município já apresenta sérios problemas sociais, verificando-se a presença de algumas áreas faveladas, sinalizando um possível déficit habitacional na sede de Horizonte.

De acordo com a pirâmide etária, tem-se, em Horizonte, um grande contingente populacional em idade produtiva, devendo ser intensificadas as políticas educacionais e as ações voltadas para geração de emprego e renda.

Os dados referentes à infra-estrutura de Horizonte demonstram uma situação precária, merecendo atenção das autoridades públicas na tentativa de revertê-los. Para a totalidade de domicílios existentes, apenas 12% possuem abastecimento d'água por rede geral. Quanto às instalações sanitárias, 23,6% dos domicílios são contemplados, adequadamente, ficando um percentual de 76,4% em situação precária e somente 30,6% dos domicílios têm seu lixo coletado regularmente.

As informações dos setores de saúde e educação revelam indicadores com tendência satisfatória, muito embora ainda não ideais, com ênfase na descentralização, na integralidade, controle social, universalidade e equidade.

O incentivo à industrialização que o Município de Horizonte vem recebendo por parte do Governo do Estado pretende transformá-lo em um dos pólos de fomento do Nordeste. O fato de situar-se à margem da BR-116, em fase de duplicação, constitui rota natural para vários Estados do país, diminuindo custos de transporte e prazos de entrega. Esse processo de crescimento acelerado vem trazendo modificações consideráveis tanto nos aspectos físicos como na dinâmica da cidade, interferindo na relação das atividades urbanas no espaço da cidade.

Conforme a Prefeitura Municipal de Horizonte, "o grande desafio do Município é o incremento do seu setor terciário, pois observa-se que embora a indústria local venha gerando renda, através de salários, esses são transferidos para municípios vizinhos. A deficiência do comércio local obriga os residentes em Horizonte a deslocarem-se para as cidades próximas, a fim de consumirem o que necessitam, ocasionando o êxodo da receita gerada pelo setor secundário do Município"¹.

¹ Texto retirado do documento: Perfil Sócio Econômico do Município de Horizonte/Novembro de 1997.

Ao se abrir discussões sobre os destinos do Município de Horizonte, é importante a percepção que o Município ultrapassa sua função de provedor de serviços e enfatiza-se como empreendedor, ao buscar alocar-se como um agente de negócios inserido no contexto estadual e nacional. Portanto a adoção de estratégia de desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável, com visão de longo prazo, planejado de forma participativa é condição *sine qua non*.

Esse comportamento inovador é fundamental nas teorias do desenvolvimento endógeno e na integração da sociedade civil e governo na construção de imagens favoráveis da cidade.

Afora a atividade industrial, Horizonte tem um grande potencial agropecuário, voltado especialmente para a fruticultura (caju, manga e coco), além da avicultura – produção de ovos e frangos para o abate.

Financeiramente, o Município fechou o ano com um saldo negativo e teve como principal fonte de receita as transferências provenientes do Fundo de Participação dos Municípios, FPM.

3.2 USO DO SOLO, DESENHO URBANO E FORMA DA CIDADE - (MAPA Nº 04)¹

3.2.1 Uso do SOLO

O uso do solo atual, na sede municipal de Horizonte, reflete uma falta de ordenamento territorial, bem como uma ocupação e apropriação especulatória do solo urbano. Não apresenta sentido de homogeneidade sugerindo um quadro de descontinuidade visual, dispersão, com grandes vazios urbanos ou áreas de ocupação rarefeita, desequilíbrio de densidades, grande espraiamento do limite urbano da sede tornando-se quase imperceptível a transição do meio urbano para o meio rural. Isso tudo é decorrente, tanto da falta de política urbana consistente, quanto do incremento populacional muito rápido ocorrido no Município em função do êxodo rural e da política de incentivo à instalação do setor industrial na região.

Caracteriza-se por um pequeno núcleo central onde se encontra concentrada a diversidade das funções urbanas, mas já sofrendo um esvaziamento da função habitacional. As demais áreas ocupadas estruturam-se ao longo da BR-116, predominando o uso habitacional, ficando desassistidas de infra-estruturas básicas e serviços públicos, além de comércio e serviços especializados, lazer e oferta de empregos.

¹ O Mapa Nº 04 está apresentado no Capítulo 9.0 – Anexos.

- **Uso residencial**

A Cidade de Horizonte é constituída por diversos loteamentos espalhados por toda a área urbana, ao longo do eixo da Rodovia BR-116, entremeados por grandes vazios urbanos, com vários graus de densidades. A maioria desses loteamentos apresenta adensamento escasso. Esse modelo de ocupação denota uma estrutura de bairros descaracterizada, além de uma morfologia urbana confusa e desconexa. Nesse contexto, o uso residencial do solo urbano é disperso com concentrações isoladas. Esse fato faz com que o perímetro da área urbana seja dilatado, dificultando a acessibilidade às demais atividades urbanas.

Com a influência da BR-116, a ocupação mais intensa ocorre na área próxima à rodovia. São “edificações de beira de estrada”, geralmente vinculadas ao uso comercial ou de serviços relativos à rodovia.

Nas imediações da zona central, o uso habitacional já se apresenta de forma mais adensada, conformando uma estrutura mais definida, podendo serem identificados alguns bairros, tais como: Zumbi e Mangueiral.

A zona central é onde se apresenta uma maior concentração residencial, aparecendo imersa na malha das atividades comerciais e de serviços, criando uma zona de uso misto, mas já com tendência ao esvaziamento da função habitacional.

- **Uso comercial e de serviços**

As atividades relativas ao comércio e serviços na Cidade de Horizonte estão concentradas, principalmente, na zona central. Nas demais áreas é precário o uso comercial ficando vinculado ao centro da cidade o acesso a essa atividade. Alguns loteamentos apresentam mercearias e mercadinhos. Cerca de 99% das atividades comerciais são varejistas¹.

As principais vias do sistema viário da Cidade de Horizonte concentram parte dessas atividades formando corredores comerciais e de serviços. A Rodovia BR-116 é a grande agregadora do setor.

A Rua Manoel Conrado que liga o centro da Cidade de Horizonte à sede do Distrito de Dourados, também apresenta essa característica, com uso misto e com edificações multifuncionais com tipologia de “dúplex”.

¹ Fonte: Pesquisa do SEBRAE-CE – Perfil Sócio-Econômico de Horizonte.

- **Uso Industrial**

A maioria das indústrias do Município vem sendo implantada de forma pontual dentro da área urbana, sem obedecer a critérios de ordenamento físico. A Rodovia BR-116 concentra a atividade industrial, facilitando a conexão com os demais municípios.

A Sede de Horizonte dispõe de um distrito industrial pouco ocupado, tendo em funcionamento apenas uma indústria, com uma segunda em implantação. Está localizado distante da zona de concentração residencial urbana, às margens da rodovia e quase no limite com o Município de Pacajus.

- **Espaços abertos de uso público e praças**

Horizonte carece de espaços urbanísticos de convergência. É notável a ausência de praças nos bairros populares e a inexistência de espaço adequado para a mobilidade e o convívio do pedestre. A excessiva atração da rodovia BR-116, funciona como elemento inibidor de desenvolvimentos insulares de espaços de convivência.

Os espaços abertos estão resumidos às quatro praças dentro da área central da sede urbana. Encontram-se, em sua maioria, com qualidade de desenho urbano insatisfatória, merecendo tratamento paisagístico e de mobiliário urbano. Os espaços não apresentam tratamento urbanístico adequado e estão bastante degradados ambientalmente.

Devido à existência de grandes vazios urbanos, Horizonte ainda apresenta grandes áreas com predomínio de cobertura vegetal, nos intervalos, com possibilidade de aproveitamento direcionado para uma ocupação leve e que permita a criação de novos espaços para atividades ao ar livre.

- **Uso Institucional**

O uso institucional está concentrado na área central, onde se encontra uma maior variedade de atividades urbanas. Desenvolve-se, assim como os demais usos, ao longo do eixo estruturante da cidade – a BR-116.

O Município dispõe de uma razoável rede de espaço físico para vinte e três (23) Escolas de 1º Grau, uma de 2º Grau e cinco Creches, estando, a maioria, também concentrada na área central da sede urbana. Os equipamentos de saúde resumem-se a alguns postos de saúde e uma Unidade Mista de Saúde.

- **Atividades rurais**

Nas condições atuais o Município tem áreas agricultáveis na sua zona periurbana (transição) e nos distritos, abrigando, predominantemente, a cultura da mandioca e cana de açúcar, de frutas e hortaliças.

A avicultura tem forte influência no Município demandando grandes extensões de áreas para abrigar a atividade.

3.2.2 DESENHO URBANO

Horizonte é um município sem homogeneidade urbana. A Rodovia BR-116, ao dividir a área central, funciona como barreira física e visual, provocando uma relação de difícil leitura entre os dois lados da estrada, propiciando um ambiente confuso e de pouca definição.

O padrão arquitetônico predominante é bastante inexpressivo e define-se, quase totalmente, pelas construções regionalmente típicas da classe média urbana cearense e das populações de baixa renda. De qualquer forma, é notável a inexistência do padrão construtivo típico de favelas urbanas.

A zona central de Horizonte não apresenta edificações de valor arquitetônico considerável, nem imagens iconográficas.

A forma de ocupação aleatória, a proximidade com a sede estadual que potencializa o caráter de cidade-dormitório, dificulta a estruturação da urbanidade em torno do sentido de comunidade.

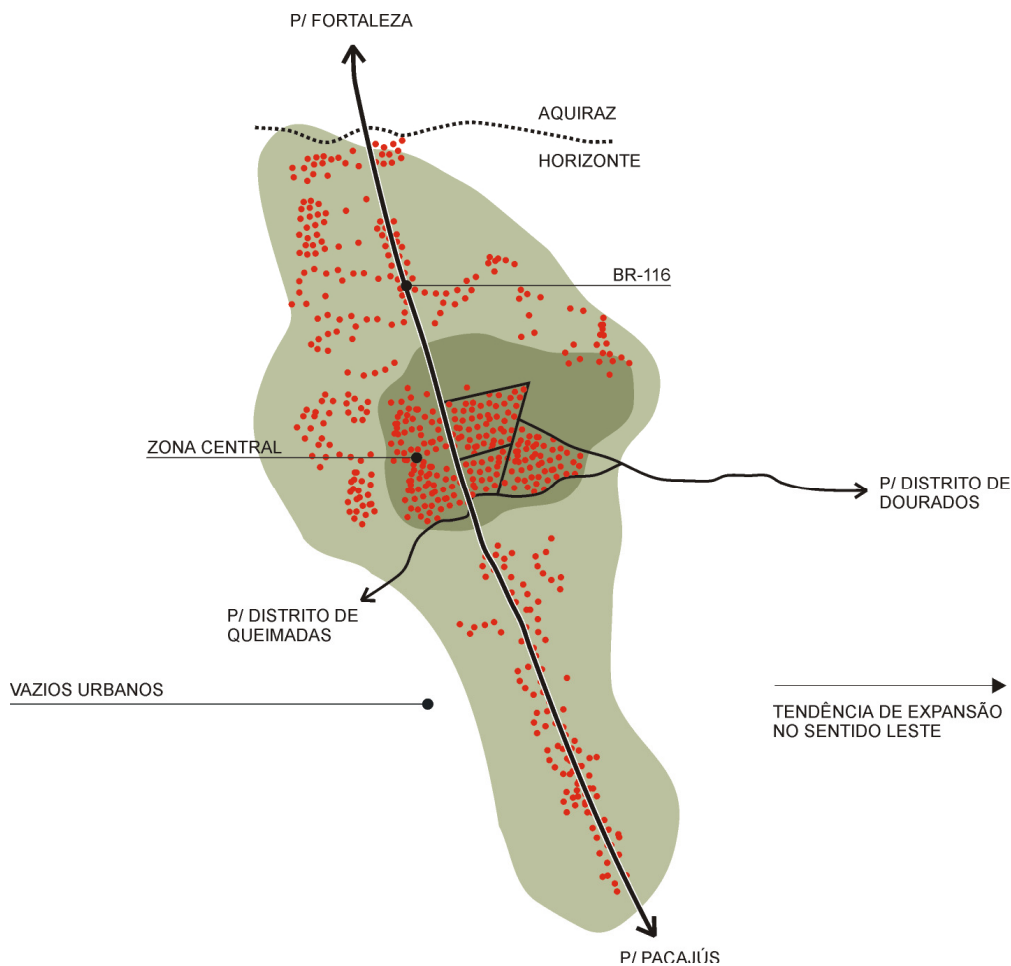
A entrada da cidade, demonstra esse quadro, não apresentando expressividade, ficando, muitas vezes, despercebida.

A qualidade visual e paisagística da cidade, principalmente no tocante ao eixo urbano (BR-116), está comprometida pela excessiva e desordenada publicidade e sinalização comercial, além da falta de unidade formal e ausência de imagem simbólica.

Os bairros populares carecem de configuração física relevante, na medida em que se constituem de construções espontâneas, sem nenhum controle oficial de código de obras, onde prevalece a total inobservância dos espaços necessários aos deslocamentos de pedestres, alinhamentos de ruas e continuidade das calçadas.

3.2.3 FORMA DA CIDADE

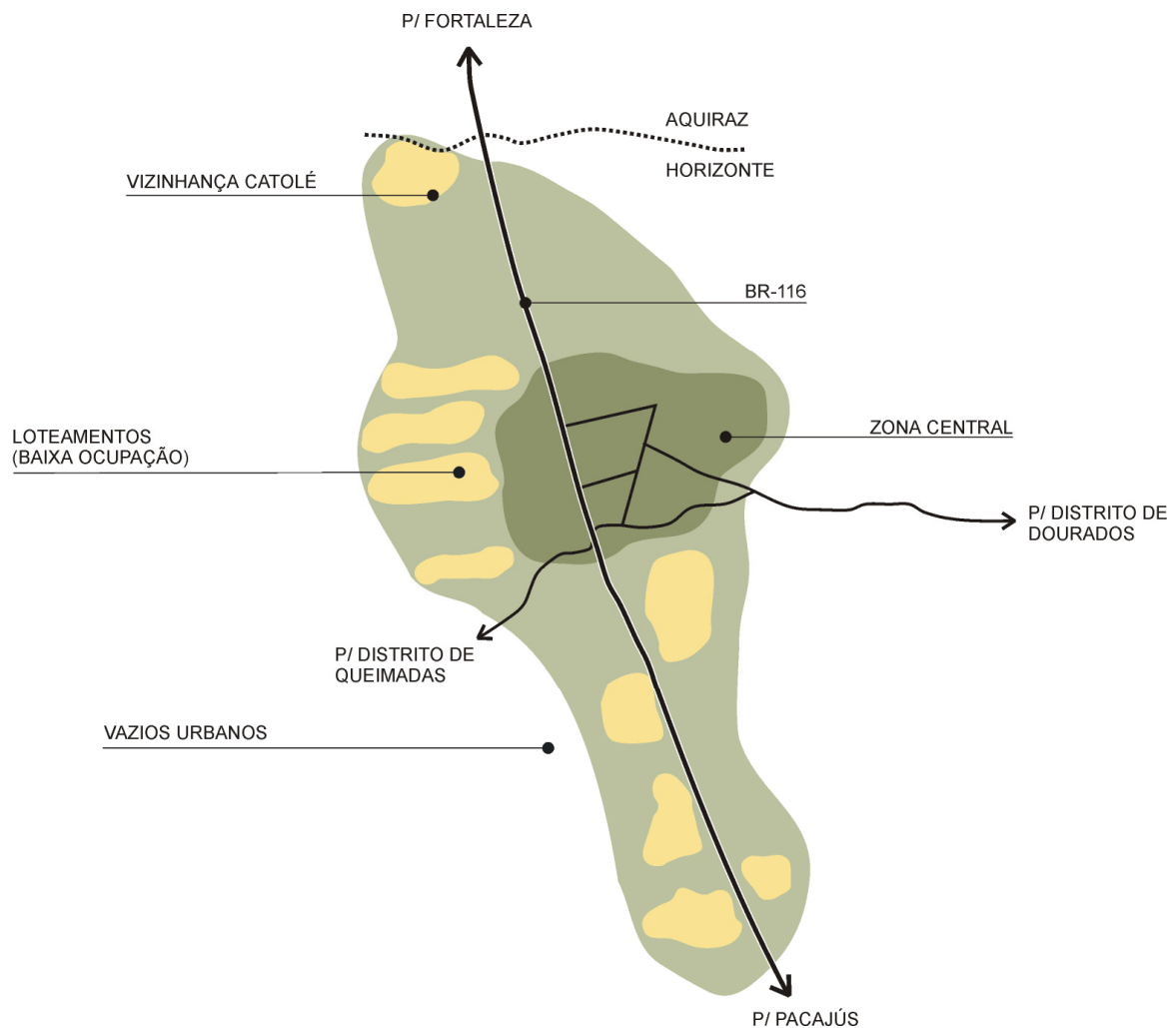
A Cidade de Horizonte, desenvolvida em função do traçado rodoviário, apresenta como característica primeira uma linearidade, no sentido norte-sul, às margens da rodovia BR-116, estruturando toda a sua área urbana em função desse contexto. Além de apresentar-se como eixo ordenador do espaço físico, em contrapartida funciona como barreira física e visual entre os dois lados da urbanização. Mais recentemente, a expansão urbana vem ocorrendo também no eixo de ligação com os distritos de Dourados e Aningas, ambos do lado leste da BR-116 estendendo o limite urbano para além da rodovia (CROQUIS N° 01).



CROQUIS N° 01 – Ocupação do Solo Urbano – Desenvolvimento Linear

A forma espontânea da ocupação do solo de Horizonte, sem um ordenamento prévio regulamentado sugere um quadro de descontinuidade das áreas adensadas, entremeadas por grandes vazios urbanos, refletindo-se numa má utilização de recursos de infra-estrutura básica, além de dificultar a acessibilidade às atividades básicas cotidianas pelo aumento do raio de

caminhabilidade. Os loteamentos, que foram surgindo de forma espontânea, desconectados entre si, influenciam negativamente no traçado urbano definido que apresenta uma falta de ordenamento em sua estrutura, desfigurada e heterogênea (CROQUIS N° 02).



CROQUIS N° 02 – Ocupação do Solo Urbano – Vazios Urbanos

A rodovia tem papel fundamental na estruturação da Cidade de Horizonte, determinando e influenciando diretamente a distribuição espacial das atividades urbanas, com tendência agregadora das atividades comerciais e de serviços, que na área central aparece de forma concentrada. O novo traçado da BR-116, desviando seu fluxo do eixo urbano do Município, transformando esse eixo em via urbana, implicará numa mudança de uso da zona central, com provável estímulo à “fuga” de algumas funções que atualmente se localizam nesta área. Ao mesmo tempo, privilegia a qualidade visual e espacial dessa área facilitando o seu percurso e travessia e incentivando o desempenho do tráfego calmo. Poderá, assim, apresentar uma nova linguagem espacial, favorecendo a mobilidade urbana com a adoção de um sistema de

transporte público acessível às zonas locais, e com a melhoria na qualidade do deslocamento de pedestres e bicicletas.

A precariedade no tocante ao espaço de uso comum, a concentração excessiva das funções comerciais e de serviços na área central da zona urbana, em contradição com os demais bairros estritamente residenciais e sem comércio local eficiente são, em conjunto, condições inadequadas a um desenvolvimento urbano e qualidade de vida desejáveis.

As áreas destinadas ao encontro e à convivência na sede do Município são deficientes. O espaço de uso público na sede, enquanto espaço de permanência, resume-se a quatro praças espalhadas pela cidade, aos campos de futebol e aos clubes de baile popular. Os espaços de passagem, ou seja, as vias de circulação é onde o encontro se dá mais diretamente. Esta desequipagem produz prejuízos diretos à população residente, principalmente quanto à relação entre cidadão/espaço da cidade e tudo o que isso implica. É no centro onde esse convívio social ocorre de forma mais intensa devido à concentração das atividades citadinas.

Um outro aspecto conflitante na estruturação da Cidade de Horizonte é a implantação da Granja São José dentro da sua área central, que traz conseqüências prejudiciais à qualidade da paisagem urbana e da qualidade de vida por parte da população, além de se constituir um bloqueio físico no ordenamento da zona central.

Os edifícios do Poder Público, envolvendo a Prefeitura e Secretarias, estão implantados em diversas edificações na área central da sede, favorecendo o acesso e a imagem cívico-institucional.

Na maioria dos bairros da cidade, não há limites rigorosos entre as zonas sócio-econômicas definidas por seus moradores, principalmente entre classe média e populações pobres, levando-se em conta que a maioria da população é de baixa renda. Não há, também, limites físicos com demarcação regular na transição do urbano para o rural.

Os distritos, com exceção de Dourados, que, por sua proximidade com a Sede Municipal, apresenta traços contundentes de urbanidade, têm características predominantemente rurais com ocupação rarefeita. Seus centros restringem-se a uma escola, uma igreja, posto de saúde e alguma mercearia. A situação é precária quanto a questões de infra-estrutura básica, gerando assim uma dependência em relação à sede, dificultada ainda mais pelos problemas de acessibilidade.

3.3 HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE - (MAPA N° 05)¹

A caracterização de bairros na Cidade de Horizonte é de difícil identificação, pela forma como acontece a apropriação e ocupação do solo urbano.

Na área próxima ao centro, de ocupação mais antiga, foram identificados os bairros que apresentam uma maior identidade. Ao norte e ao sul destes bairros, ao longo da rodovia BR-116, ocupando a maior parte da área urbana da sede municipal, encontra-se um conjunto de loteamentos com baixíssima densidade de ocupação, que hoje não se caracterizam como bairros, mas que poderão e deverão vir a se constituírem.

Os loteamentos estão dispersos em toda a área da sede municipal, com baixa densidade de ocupação, carência de infra-estrutura física e saneamento básico, sendo, caracterizadamente, áreas de população de baixa renda. Grande parte desses loteamentos surgiram espontaneamente à medida que suas respectivas áreas iam sendo ocupadas por populações de baixa renda e parte significativa deles decorreram da iniciativa de proprietários de terra e imobiliárias, resultando em descontinuidade espacial de ocupação habitacional ou vazios urbanos. Essa situação dificulta o acesso da população aos equipamentos sociais e à infra-estrutura física (saneamento básico, energia, comunicações, etc.), impede que ocorra a equidade na distribuição desses serviços a toda a população, levando a uma concentração da infra-estrutura física e social em determinadas áreas da cidade (especialmente o centro) e extrema carência noutras áreas (especialmente os loteamentos).

O padrão habitacional predominante é de qualidade regular no centro (classe média) e baixo padrão construtivo nos bairros e loteamentos onde habitam as famílias de baixa renda, tanto no que diz respeito à unidade habitacional em si, como também ao contexto do bairro. Há núcleos habitacionais de populações pauperizadas encravados em diversos bairros e loteamentos, frutos de ocupação espontânea e desordenada oriunda do crescimento decorrente da migração rural-urbana.

Em 1996, o Município possuía um total de 5.717 domicílios, dos quais 3.421 (59,83%) destes pertenciam às áreas urbanas municipais e 2.296 habitações (40,17%) pertenciam às áreas rurais. A média de moradores por domicílio era de 4,40 nas áreas urbanas e de 4,50 nas áreas rurais, com média geral de 4,44 moradores por domicílio no Município como um todo. Estima-se que em 1998 o número total de domicílios no Município era de 6.160 unidades

¹ O Mapa N° 05 está apresentado no Capítulo 9.0 – Anexos.

habitacionais, concentrando-se nas áreas urbanas cerca de 3.686 habitações e nas áreas rurais um total de 2.474 domicílios.

Os bairros atuais e os distritos não dispõem de esgotamento sanitário, devendo-se buscar outras alternativas, especialmente as soluções simplificadas para o destino dos dejetos e do lixo que, embora temporárias ou provisórias, são de baixo custo e contribuem imediatamente para a melhoria da habitabilidade e da qualidade ambiental nesses lugares, enquanto soluções definitivas e de custos mais elevados (rede de esgotos sanitários) não forem possíveis à médio e curto prazo. Dentre essas medidas estão o destino adequado de águas residuais, fossas sépticas, coleta seletiva e reciclagem de lixo por toda a periferia da cidade e distritos. Há precária infra-estrutura de apoio à vida cotidiana nos distritos e loteamentos.

Educação formal, educação sanitária e ambiental são impactantes na elevação dos níveis de saúde da população e, portanto, na sua qualidade de vida.

Há a necessidade de assegurar incentivos às ações do setor privado para melhorar as condições de vida dos bairros periféricos. Um dos principais itens dessa ação conjunta é o combate ao desemprego através da instalação de indústrias não-poluentes (indústrias leves) próximas às residências e de locais de trabalho destinado ao comércio e à prestação de serviços no centro convergente dos bairros.

É indispensável dotar o Município de equipamentos e atividades para o desenvolvimento da juventude, de apoio ao lazer de crianças e idosos dentro dos bairros, desconcentrando essa atividade do centro da cidade. A destinação de espaço para o lazer comunitário, em áreas livres, é necessidade indiscutível para os atuais bairros.

O comércio atacadista, varejista e a prestação de serviços que atende aos bairros, loteamentos e distritos estão situados no centro da cidade, atraindo para a área central os fluxos de pedestres e veículos de toda a cidade. Outras concentrações acontecem ao longo da rodovia BR-116 e ao longo da Rua Manoel Conrado. Há poucas concentrações de comércio estruturado nos bairros, ocorrendo, todavia, o comércio de esquina (mercearias).

A zona central abriga ainda um significativo número de residências, o que deve ser mantido e apoiado pelas medidas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, no sentido de garantir a vitalidade dos espaços públicos centrais. É fundamental para a vitalidade do centro urbano a permanência de moradias na zona central.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, PDDU deverá apoiar iniciativas de identificação, nos bairros existentes, de problemas de degradação física, ambiental e habitacional e criar mecanismos de incentivo à recuperação física e à melhoria do desenho urbano dessas áreas, sob enfoque intersetorial e com participação comunitária, à semelhança do que está sendo realizado no processo de sua elaboração.

Os mecanismos financeiros para ampliação dos estoques habitacionais têm como objeto, a unidade de habitação e menosprezam o papel do contexto urbano na elevação da qualidade de vida urbana.

Há carência generalizada de serviços de apoio à vida cotidiana na escala dos bairros, sejam urbana ou rural, onde o comércio é mal localizado, e faltam equipamentos de saúde, educação, lazer e segurança. É necessário instalar no Município uma hierarquização de concentrações populacionais e alocar estes equipamentos seguindo parâmetros desejáveis de atendimento de cada um destes setores.

3.3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS BAIRROS IDENTIFICÁVEIS NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE – DISTRITO-SEDE

Horizonte apresenta uma grande diversidade no modelo de ocupação de seu solo urbano. Grandes vazios urbanos (propriedades particulares) contíguos às áreas em processo de ocupação com tendência a serem absorvidos por estas. Poucas áreas com caracterização de bairro, enquanto a maior parte de área está subdividida e caracterizada por loteamentos semi-ocupados, a maioria com baixo padrão construtivo e precariedade de infra-estrutura.

Na área do centro da cidade e imediações, de ocupação mais antiga, foram identificados três dos quatro bairros caracterizáveis do distrito sede de Horizonte: Centro, Mangueiral, e Zumbi, estando o quarto bairro, Catolé, desconectado da zona central. Além dos bairros, vários loteamentos existentes na sede, que não se caracterizam como bairros, mas que preenchem o espaço urbano e estão desconectados devido à ocorrência de grandes vazios urbanos. Os bairros identificáveis na Cidade de Horizonte e os demais loteamentos, possuem as seguintes características:

01 - Catolé

O Bairro Catolé, localiza-se na divisa com o Município de Aquiraz ao norte e a oeste com o Município de Pacatuba. Cobre uma área extensa com usos diversificados entre zonas residenciais, zonas de concentração de indústrias, áreas destinadas à agricultura e à

avicultura (granjas). Está situado numa área isolada por inúmeros loteamentos e vazios urbanos e afastada da área central da sede urbana, com a qual se conecta através da Rodovia BR-116, que corta o bairro.

Não apresenta um estrutura densamente ordenada e grande parte de seu solo tem baixíssima densidade com ocupação de sítios e chácaras. Tem seu espaço de convergência em Quimanga, área que concentra um maior contingente populacional e as atividades urbanas de comércio e serviços de subsistência, além dos equipamentos de infra-estrutura social que correspondem a duas escolas de 1º grau, uma creche e um posto de saúde. Inexiste o comércio e serviços especializados, ficando a população na dependência do centro da cidade.

Seu traçado urbano carece de desenho mais homogêneo que facilite as conexões, tanto interna, como com os demais bairros da cidade. As vias do sistema viário têm, em sua maioria, condições precárias de revestimento dificultando a acessibilidade.

O bairro não é assistido por sistemas de abastecimento d'água e saneamento básico.

Em função da rodovia ocorre, na área do bairro, uma locação do setor industrial com pequenas indústrias e uma grande área (lado leste da BR-116) ocupada pela PETROPAR (atividade de granja).

Engloba diversos loteamentos: Parque Vitalino, Planalto Nova Zelândia, Floresta dos Cajueiros, Parque Diamantina, Parque Califórnia, Sítio Lagoinha, Estrela de Salomão, Jardim do Éden, Novo Jardim do Éden, Lagombleu, Recreio do Lar.

02 - Centro

O Bairro Centro, tem como principal diretriz de estruturação, a rodovia BR-116 que corta sua malha urbana e organiza todas as atividades centrais em torno do seu eixo e da Capela de São João Batista e respectiva praça.

Possui estrutura linear com um gradiente de densidade que diminui conforme se distancia da rodovia. Sua malha viária apresenta um traçado xadrez, algumas vezes desconectado, devido a ocupação espontânea de loteamentos.

É no centro onde ocorre o maior adensamento populacional e concentração das atividades comerciais e de serviço que dão suporte a todo o Município. O centro

administrativo está concentrado dentro de seu perímetro e, também, tem seus principais equipamentos no eixo da BR-116.

Um grande impeditivo para o desenvolvimento da área central e da imagem cívico-social, além de fatores ambientais, é a locação da Granja São José em seu núcleo, que, além dos fatores ambientais prejudiciais à população, no espaço da cidade, não se relaciona com o entorno e bloqueia a conexão de diversas áreas, além de descaracterizar a imagem simbólica saudável da centralidade.

Está localizado na área da Granja São José, a nascente do Rio Catu, importante recurso hídrico do Município. Este é utilizado por parte da população, que poderia aproveitar a área como local de recreação ao ar livre, com o devido tratamento das suas faixas marginais de preservação.

O único cemitério da cidade está localizado no bairro central, mas já se encontra saturado.

Os poucos espaços de convergência social existentes na sede municipal encontram-se, em sua maioria, localizados na área central. O clube noturno “Pisa na Fulô” é um dos responsáveis pela animação e entretenimento da população.

03 - Loteamentos

Além dos bairros identificáveis, a sede urbana é conformada por inúmeros loteamentos que não apresentam identidade urbana, não se conectam, mas que concentram parte significativa da população residente na sede municipal. A maioria dessas áreas não são atendidas por sistemas de infra-estrutura básica, vivendo essa população em situação precária.

A ocupação é variável, com áreas de maior concentração populacional e áreas com ocupação rarefeita. O padrão de moradia e tamanho de lotes também é variável, tendo num mesmo loteamento, casas geminadas, sítios e chácaras.

O acesso à maioria desses loteamentos é difícil e suas vias de circulação apresentam péssimas condições.

Os espaços de uso público são restritos a poucos campos de futebol, ficando aquém do necessário, para suprimento do sentido de cidadania de sua população.

São os seguintes os loteamentos: Bosque da BR, Sítio Buenos Aires, Recanto dos Cajueiros, Parque Buenos Aires, Parque São Francisco, Novo Horizonte, Novo Diadema,

Nova Jerusalém, Sítio do Pica-pau Amarelo, Bosque do Horizonte, Planalto Horizonte, Triângulo de Horizonte, Novo Diadema e Belo Horizonte.

04 - **Mangueiral**

Antigo loteamento situado vizinho à área central (a leste) e ao Bairro do Zumbi, com baixa densidade e algumas áreas de ocupação rarefeita. A população residente é, em sua maioria, de baixa renda e a tipologia das edificações denotam um baixo padrão construtivo.

O acesso ao centro é feito através de transversais que cortam a rodovia e conectam o bairro.

São poucas as áreas destinadas ao convívio social e à recreação. O Rio Mal Cozinhado, um importante recurso hídrico, corta o bairro e propicia um convívio maior com espaços naturais, embora não seja devidamente aproveitado para um uso recreacional adequado. Pelo contrário, suas faixas de proteção estão ameaçadas pela ocupação indevida de habitações, com péssimas condições de salubridade.

05 - **Zumbi**

Área próxima ao centro (a leste) conformada pelos antigos loteamentos “Parque Zumbi”, “Água Rasa” e “Parque Diadema” que já se consolidaram e hoje caracterizam um bairro único, apesar da diferença na diretriz de seus traçados e na densidade populacional. A área mais próxima à BR-116 é mais adensada e possui uma maior multiplicidade de atividades urbanas que as demais.

Essa diferença de traçados viários dificulta um pouco a clareza de sua estrutura, já que interrompe as conexões. A principal via de acesso ao bairro, Rua Manoel Conrado, liga o centro ao Distrito de Dourados e cruza o bairro direcionando as atividades comerciais e de serviços em seu eixo. Outra via de relevância em seu traçado é a Rua Baturité, uma via diagonal à BR-116 que possibilita novos acessos, conectando, a Granja São José, o Bairro Zumbi e o Bairro Mangueiral. Grande parte das vias do bairro ainda se encontram em condições desfavoráveis de revestimento.

A população residente no Bairro Zumbi é de média e baixa renda, apresentando, na maioria das vezes, um padrão construtivo insatisfatório. Algumas quadras apresentam tipologia de casas geminadas de um pavimento, típica do interior.

Os equipamentos de apoio à população localizados no bairro são: uma unidade mista de saúde que atende a todo o Município, duas escolas de 1º grau e uma escola-creche.

As atividades de lazer são exercidas em uma praça que marca a centralidade local e alguns campos de futebol espalhados no bairro.

Já na transição com a área rural, ainda dentro do bairro, situa-se a Lagoa do Zumbi, conectada com o Rio Mal Cozinhado, além de importante área de cobertura vegetal com grande potencial para um parque ecológico e locação de equipamentos recreacionais. Algumas áreas alagáveis em seu redor estão sendo ocupadas em desrespeito às faixas de proteção e com prejuízo para a população.

3.3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS IDENTIFICÁVEIS NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE – DEMAIS DISTRITOS

Os distritos do Município de Horizonte apresentam características de vilarejo, divididos em localidades. Suas sedes urbanas, com exceção do Distrito de Dourados, são pouco adensadas, com ocupação espontânea, conformada por alguns sítios, chácaras, fazendas e loteamentos, com predominância de latifúndios.

O acesso a esses distritos é feito através de vias carroçáveis de areia, em estado de conservação precário, dificultando o desenvolvimento dessas áreas.

As atividades comerciais são restritas. Há carência de equipamentos de lazer e de espaços públicos de convergência. Os equipamentos esportivos resumem-se a alguns campos de pelada em certas localidades.

Os distritos não são servidos por rede de infra-estrutura básica (esgotamento sanitário, abastecimento d'água e drenagem). Algumas localidades possuem escolas e serviços de saúde (postos de atendimento), mas os serviços de infra-estrutura social, não suprem as necessidades locais.

01 - Dourados - (CROQUIS Nº 03)

Constitui o distrito mais desenvolvido do Município, excetuando o distrito-sede, principalmente pela proximidade com este e facilidade maior de acesso. Localiza-se ao lado leste do distrito-sede, limitando-se ao norte com Aquiraz, ao sul com Pacajus e ao leste com Aningas.

Inserir croquis Nº 03 – Distrito de Dourados – Condições Atuais

Segundo o IBGE, em 1996, a população total do distrito era de 3.089 habitantes, com 2.044 habitantes na área rural e 1.045 na área urbana.

O acesso principal à sede do distrito é feito através da Rua Manoel Conrado que começa na BR-116, na zona central da sede. A avenida conforma-se num “corredor comercial e de serviços” que começa no centro até o final do perímetro da sede e recomeça nas proximidades do núcleo central do distrito. É nesse núcleo central que a comunidade se organiza e onde se dispõem os principais espaços e edificações de uso público; a igreja, a praça, os equipamentos sociais existentes que se definem em uma de escola de primeiro grau e creche, uma maternidade e posto de saúde, além do comércio mais especializado.

Apenas algumas quadras – as mais centrais – apresentam-se definidas com calçadas. Poucas casas apresentam testadas respeitando o alinhamento das ruas. Predomina a tipologia de casas de um pavimento, sem platibandas. Começam a surgir as primeiras casas com dois pavimentos, onde o térreo é usado para comércio ou serviço e o superior para moradia.

As funções urbanas estão dispostas linearmente na via de acesso à vila, com concentração de atividades comerciais e de serviços, a maioria dos equipamentos institucionais, com escola de 1º grau, creche, maternidade e posto de saúde em suas proximidades. Nas demais áreas, predomina o uso habitacional, com baixíssima densidade e ocupações de lotes maiores, como sítios e chácaras, com produção agrícola, com ênfase ao plantio de hortaliças.

No distrito, são escassas as opções de lazer, mas existem as Lagoas do Ipú, Dourados (ou Lagoa de Fora) e da Canavieira dos Pinheiros, aproveitadas pela população.

Quanto à infra-estrutura básica de abastecimento d’água, Dourados tem seu sistema de captação d’água feito com 01 poço profundo e reservatório elevado. Inexiste rede de esgotamento sanitário.

Há precariedade dos serviços de telefonia na sede distrital, com sistemas obsoletos em uso e número de linhas insuficientes para atender a demanda, funcionando com 05 telefones comunitários.

O lixo de Dourados é depositado no “lixão” de Horizonte.

As localidades principais do distrito são: Carnaubal, Galante, Coqueiros, Escampada, Lagoa de Fora, Angelim, Ipú, Tanques e Genipapeiro.

As vias centrais da sede, apresentam melhores condições de pavimentação e definem um padrão de quadras mais regulares. Apesar disso, a maioria da sede é conformada por diversidade em sua morfologia e tipologia das edificações, podendo ser encontrados em uma mesma quadra, lotes ocupados por sítios, e casas geminadas.

Economicamente, tem grande potencial para a produção agrícola com ênfase ao plantio de hortaliças, que ocupa grande parte do solo distrital.

As localidades principais são: Carnaubal, Galante, Coqueiros, Escampada, Lagoa de Fora, Angelim, Ipú, Tanques, Genipapeiro.

02 - Queimadas

Localiza-se no lado oeste da BR-116, fazendo limite ao sul com Pacajus e a oeste com Pacatuba. Possui acesso por estrada carroçável de areia.

A população total, segundo o IBGE, censo de 1996, era 2.097 habitantes, sendo 473 habitantes localizados na zona urbana e o restante (1.624 habitantes) na zona rural.

Caracteriza-se como um pequeno distrito com características de vilarejo, dividido em localidades, com alguns sítios, chácaras, fazendas e loteamentos. A vila apresenta forma de ocupação espontânea, sem consolidação ou identidade urbana. Sua malha viária não é bem definida, tratando-se de caminhos oriundos do parcelamento do solo dos loteamentos existentes e de acesso a sítios.

A Vila de Queimadas apresenta desenho urbano inexpressivo, sem nenhuma configuração urbana. Quanto à tipologia típica da vila, a maioria das casas são isoladas umas das outras, com características de sítios e chácaras; alguns novos loteamentos estão surgindo com características de casas populares e com maior adensamento.

As atividades urbanas restringem-se ao uso habitacional e, na área central, alguns equipamentos institucionais e de serviço, com atividades comerciais restritas a algumas mercearias. Existe uma escola de 1º grau, um posto de saúde e um posto telefônico.

Os equipamentos de lazer estão resumidos a alguns campos de pelada nas diferentes localidades do distrito e ao aproveitamento de alguns recursos hídricos localizados no distrito, como a Lagoa Timbaúba e o Açude Pacoti.

Queimadas tem seu sistema de captação d'água feito com 01 poço profundo e chafariz.

O lixo coletado nas sede distrital é colocado em terrenos próximos.

Há precariedade dos serviços de telefonia na sede distrital, com sistemas obsoletos em uso e número de linhas insuficientes para atender a demanda em Queimadas, tendo apenas 01 telefone público.

As principais localidades são: Timbaúba, Jordão, Alto Alegre, Poço Grande, Varjota e Pedreira.

03 - Aningas

O Distrito de Aningas é o distrito mais distante da sede, limitando-se ao norte com Aquiraz, ao sul com Pacajus, a leste com Cascavel e ao oeste com o Distrito de Dourados. O acesso é feito por estrada carroçável de areia, em péssimas condições de tráfego, dificultando sobremaneira a acessibilidade.

Segundo o IBGE, censo de 1996, a população total do distrito era de 1.567 habitantes, estando 1.499 habitantes localizados na zona rural e apenas 68 habitantes na zona urbana.

Através do contingente populacional urbano do distrito, percebe-se a insipiência de sua vila, que se restringe a uma mercearia, uma escola de 1º grau, um posto de saúde e algumas poucas casas localizadas na mesma rua onde estão dispostos os equipamentos. Além disso, o distrito tem sua área ocupada por sítios, chácaras e alguns latifúndios.

Não há relevância em seu desenho urbano, não ocorrendo uma tipologia típica que o identifique. O traçado viário é inexpressivo e não apresenta quadras definidas.

No distrito, são escassas as opções de lazer, restringindo-se a alguns campos de pelada e a alguns recursos hídricos como é o caso da Lagoa Canavieira dos Muniz e o do Córrego da Canavieira.

Aningas tem seu sistema de captação d'água feito com 01 poço profundo e catavento.

O lixo coletado nas sede distrital é colocado em terrenos próximos.

Há precariedade dos serviços de telefonia na sede distrital, com sistemas obsoletos em uso e número de linhas insuficientes para atender a demanda, tendo apenas 01 telefone público.

As principais localidades são: São José, Preaóca, Vertente, Canaveira dos Pinheiros, Serrote, Tijuco, Alagadinho, Mundo Novo, Curralinho, Barra, Mangabeira e Canaveira dos Muniz.

3.4 INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - (MAPA N° 06)¹

O quadro predominante revela que o distrito-sede de Horizonte não possui rede de abastecimento d'água para o setor residencial. O abastecimento é, todavia, satisfatório para o setor industrial (água bruta) e precário nas sedes distritais, sem tratamento para todos eles.

O sistema de esgotamento sanitário dentro dos padrões sanitários aceitáveis não existe, já que a população transforma os recursos hídricos e as galerias de drenagem de águas pluviais, em receptores de esgotos. Esse serviço nas sedes distritais também é inexistente.

O lixo tem recolhimento diário na sede e semanal em alguns distritos, todos sem tratamento dos resíduos.

O sistema de drenagem de águas pluviais na sede é problemático, devido às ocupações das áreas dos talwegues e ao fato dos mesmos funcionarem como emissários finais dos esgotos coletados inadequadamente.

O serviço de telefonia é satisfatório na sede municipal, existindo também, atendimento por telefonia celular e postos telefônicos nas sedes distritais. É na sede do município que existe ainda grande centralização dos serviços sociais, de educação e de saúde, sendo a disponibilidade em termos quantitativos, abaixo das necessidades da população.

3.4.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Na Cidade de Horizonte não há sistema público de abastecimento d'água, para o setor residencial, que tem que fazer uso de água subterrânea, através de poços profundos /

¹ O Mapa N° 06 está apresentado no Capítulo 9.0 – Anexos.

cacimbões / chafarizes, etc. Já o Distrito Industrial, é abastecido pela CAGECE, com água bruta, captada no Rio Pacoti.

Existe na CAGECE, um projeto para a rede de abastecimento d'água do setor residencial, com financiamento da CEF, através do PROSANEAR, com execução prevista para o ano de 1999. Com a implementação do projeto de abastecimento d'água do Município de Pacajus, a atual captação que abastece o sistema de distribuição desse município, no Açude Pacoti, será aproveitado para o Município de Horizonte.

Das sedes distritais, somente a de Dourados possui sistema de distribuição d'água, com atendimento precário (demanda maior que oferta), o qual tem captação em poço profundo e distribuição sem tratamento. A sede de Queimados é abastecida por um poço profundo com chafariz, também sem tratamento. A de Aningas possui um poço (cacimba) com catavento para o abastecimento da população. Todos os sistemas dos distritos são operados pela Prefeitura.

3.4.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Na sede do Município de Horizonte não existe sistema de esgotamento sanitário dentro dos padrões usuais. O que se verifica, é a existência de soluções individuais, tipo fossa/sumidouro, com funcionalidade precária do ponto de vista sanitário.

Essa ausência de um sistema de esgotamento sanitário, faz com que a população transforme os recursos hídricos (riachos, córregos, açudes e lagoas) e as galerias de águas pluviais existentes em receptores de esgotos, poluindo esses recursos hídricos e causando a proliferação de insetos e, conseqüentemente, de doenças.

Existe um projeto (integrando as Cidades de Pacajus e Horizonte), que recalca o esgoto (doméstico e industrial) de Horizonte para Pacajus, onde, na margem direita do Açude Ererê, os esgotos das 02 cidades são recalcados para 05 lagoas de estabilização, às margens do Açude Pacajus, com lançamento final após o vertedouro do Açude Pacajus, no Rio Choró.

3.4.3 LIMPEZA URBANA

A coleta de lixo, tanto na sede do município quanto na sede do Distrito de Dourados, é feita através de um sistema misto, com carros da Prefeitura (2 tratores com caçambas) e de particulares (4 caçambas), sendo coletadas 48 ton./dia de lixo.

Na Cidade de Horizonte, a coleta do lixo domiciliar é feita diariamente por 04 caçambas, onde cada carro retira 04 carradas/dia. No Distrito de Dourados, a coleta é feita duas vezes por semana. Em Queimadas e Aningas são adotadas soluções individuais.

Atualmente, o destino final do lixo domiciliar coletado na Cidade de Horizonte é o “lixão” localizado em área a 1,5 km do centro da cidade, no final dos Loteamentos Sítio Buenos Aires e Bosque da BR, estando a 1,0 km (a montante) do Açude Pacoti.

O lixo proveniente das indústrias, também é colocado no “lixão”. A colocação do lixo nesse local não obedece a nenhuma técnica operacional de engenharia e não recebe os cuidados sanitários e ambientais necessários.

Esse “Lixão”, provocado pela falta de um destino adequado para o lixo coletado na Cidade de Horizonte e demais áreas urbanas do Município, causa danos ao meio ambiente e à saúde pública, com perigo de contaminação do Açude Pacoti, por escoamento superficial e subterrâneo das águas pluviais, devido à sua posição geográfica (à montante) na bacia hidráulica do açude.

3.4.4 DRENAGEM

A Cidade de Horizonte localiza-se em uma área relativamente plana, estando em terreno com boas condições topográficas, com a presença de talwegues, formando um complexo de rios e riachos que, antigamente, propiciavam o escoamento superficial das águas pluviais sem maiores problemas. Com o surgimento da cidade, a urbanização das áreas foi acontecendo espontaneamente, gerando ocupações indevidas desses talwegues, dada a valorização dos terrenos urbanos e a ausência de um estudo / política de drenagem urbana. A Cidade de Horizonte, tem como elementos macrodrenantes, os Rios Catu e Mal Cozinhado.

Os problemas de drenagem na cidade tornam-se ainda maiores por causa da não existência de um sistema de esgotamento sanitário. Com a falta desse sistema a população lança seus esgotos nos talwegues e nos recursos hídricos (caso da Lagoa Azul, que recebe efluentes de uma lavanderia), provocando a proliferação de insetos e de doenças. Também não foi detectada a existência de galerias pluviais.

Os principais problemas de drenagem detectados na Cidade de Horizonte são decorrentes da:

- inexistência de um Plano Diretor de Drenagem capaz de nortear a ocupação de novas áreas e a preservação dos recursos hídricos existentes;

- falta de um sistema de esgotamento sanitário que cubra toda a área urbanizada, em condições de evitar a poluição dos recursos hídricos naturais e da utilização das galerias de drenagem pluvial como galerias de esgoto sanitário;
- ocupações de áreas marginais aos recursos hídricos ou talvegues dos loteamentos, normalmente destinados a áreas verdes, criando áreas de risco, e dificultando o escoamento natural das águas precipitadas;
- falta de um cadastro das galerias de drenagem existentes, em condições de fornecer informações para elaboração de novos projetos de drenagem;
- ocupação dos talvegues naturais pelas quadras, quando da urbanização das áreas desocupadas, sem que se tenha tido a preocupação de elaborar um devido estudo de drenagem, capaz de solucionar os problemas que ocorrerão com a construção das futuras edificações nessas quadras; e
- ausência de galerias de águas pluviais no distrito-sede, ocasionando problemas de alagamentos (Ruas Baturité com Manoel Conrado e BR-116 com Rua Raimundo Nogueira).

3.4.5 TELEFONIA

A Cidade de Horizonte possuía, no ano de 1995, cerca de 816 terminais telefônicos instalados. Toda a área do Município é coberta pelo serviço de telefonia celular, que tem abrangência na Região Metropolitana de Fortaleza.

O principal problema de telefonia detectado no Município de Horizonte é decorrente da falta de disponibilidade de linhas telefônicas para instalação a curto prazo, causada pelo crescimento da demanda, crescimento esse provocado pela determinação do Governo Federal de redução do desembolso inicial para instalação de linhas telefônicas. As empresas concessionárias não apresentam disponibilidade para aumentar a oferta ao nível que cresceu a demanda.

As sedes dos demais distritos, bem como as localidades de maior porte, são precariamente servidas por serviços telefônicos, possuindo poucos telefones públicos para servir à população.

3.4.6 ENERGIA ELÉTRICA

O Município, no ano de 1993, tinha 2.865 consumidores de energia elétrica, consumindo em torno de 9.181 Mwh/ano, sendo o percentual de consumo, por categoria, o seguinte: residencial

– 23%; industrial – 21%; comercial – 6%; rural – 40%; poder público – 2%; iluminação pública – 7%; e serviços públicos – 1%.

A COELCE tem uma subestação na cidade, através da qual recebe energia da CHESF e distribui para todo o Município.

O principal problema nesse setor de serviços públicos, detectado no Município de Horizonte, é a existência de muitas solicitações de extensão das redes de energia elétrica nas pequenas localidades, como também nas áreas com atividades agropecuárias.

3.4.7 SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

3.4.7.1 Cemitérios

Horizonte conta com apenas um cemitério localizado na área urbana da sede municipal atendendo a todo o Município, já apresentando condições críticas de saturação.

As sedes distritais não são dotadas de cemitério, ficando na dependência do cemitério da sede.

3.4.7.2 Cadeia Pública

Em Horizonte existe 01 cadeia pública que funciona no posto policial.

A Cadeia Pública apresenta condições precárias de instalações, estando sujeita a alagamentos durante as fortes chuvas de inverno.

Nenhuma sede de distrito é dotada de cadeia pública. No Distrito de Dourados existe 01 delegacia de polícia, mas encontra-se desativada.

3.4.8 SEGURANÇA PÚBLICA

Na sede de Horizonte encontramos um Posto da Polícia Militar, subordinado à 2ª Companhia do 4º Batalhão Militar sediado em Canindé.

Atualmente possui 02 viaturas e 08 efetivos com jurisdição em todo o Município, estando instalados, precariamente, em imóvel sujeito à alagamentos, durante as fortes chuvas no inverno.

Nenhuma sede de distrito é dotada de sistema de segurança policial (em Dourados existe 01 delegacia de polícia desativada) permanente, ficando dependendo das rondas esporádicas da sede municipal ou quando solicitadas.

Os principais problemas detectados podem ser resumidos em: falta de viaturas mais modernas (camionetas, motos); de um efetivo maior (de 15 a 18 policiais); e de armamentos melhores (pistolas, carabinas, coletes, etc.).

3.5 INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

Na área social, deve-se priorizar a erradicação do analfabetismo, o indicador mais gritante de atraso cultural de uma sociedade, além de proporcionar o acesso igualitário e universal ao ensino pré-escolar e ao ensino fundamental a todas as crianças e adolescentes na respectiva faixa etária. Aos jovens, além da oferta de matrícula em escolas de 2º grau, há a necessidade de se investir no ensino profissionalizante, de modo a preparar as novas gerações para o trabalho. Igual preocupação deve-se ter com a mortalidade infantil, expressão da má qualidade de vida de expressivos contingentes humanos atingidos pela miséria. Esta, entretanto, terá o seu índice expressivamente reduzido por medidas de saneamento básico e atenção primária de saúde prestada por unidades ambulatoriais simplificadas, próximas ao domicílio.

Os serviços de educação do Município devem disponibilizar vagas para garantir o acesso da população de 02 a 06 anos, através da ampliação da rede física de creches e pré-escolas (educação infantil), observada a proximidade casa-escola. O atendimento dessa diretriz não impõe a construção de novos espaços físicos para este fim, mas o aproveitamento de espaços em escolas existentes, associações comunitárias, centros sociais, paróquias e clubes de serviços e anexos em indústrias. Quando estes espaços não existirem, é desejável a criação de uma rede física de pré-escolas combinadas com escolas de 1º grau, mediante a participação das industriais locais, utilizando mecanismos fiscais e incentivos diversos para este fim.

O expressivo contingente formado por adolescentes analfabetos, na faixa etária de 11 a 17 anos, impõe um trabalho de identificação dessa população, a partir da realização de um Censo Educacional no Município, com apoio dos Conselhos locais. Urge possibilitar o acesso destes jovens à escola de 1º grau, localizada o mais próximo possível do domicílio do aluno.

A falta de qualificação para o trabalho, sobretudo na população jovem, sinaliza a necessidade de implantação de programas de capacitação profissional, além da realização de cursos identificados com a vocação sócio-econômica do Município.

Oficinas comunitárias de capacitação de jovens para o trabalho, devem ser implantadas nos bairros. O acesso à educação básica e ao ensino profissionalizante deve ser assegurado à

população jovem de Horizonte, sendo esta uma das condições estratégicas para o desenvolvimento do Município.

A presença cada vez mais freqüente de meninas prostitutas nas ruas da cidade, impõe a implementação de políticas e programas de apoio e orientação sócio-familiar visando o atendimento prioritário dessa população.

3.5.1 SAÚDE

O sistema local de saúde dispõe de 01 hospital público com unidade ambulatorial (Unidade Mista) e 01 clínica de fisioterapia (privada), na sede municipal, e 03 postos de saúde distribuídos nos distritos.

Os principais problemas detectados são os impactos negativos na saúde coletiva pela falta de saneamento básico e poluição ambiental.

3.5.2 EDUCAÇÃO

O Município possui 05 escolas públicas de 1º grau, duas das quais ofertando vagas para o 2º grau; 03 creches na sede municipal; 01 creche no Distrito de Dourados e 01 creche na localidade de Canavieira.

Os agentes públicos e sociais representativos do Município apontaram o problema de poucas vagas para o ensino de 2º grau na sede municipal e a falta de oportunidades para o ensino profissionalizante.

3.5.3 CULTURA, ESPORTE E LAZER

São poucos os espaços públicos e os equipamentos destinados à cultura, ao esporte e ao lazer em Horizonte, restringindo-se a:

- 01 ginásio coberto poliesportivo;
- 02 clubes recreativos – "Pisa na Fulô" e "Churrascaria Oásis Clube";
- 01 parque de vaquejada;
- 01 estádio de futebol;
- quadras esportivas nas escolas e na praça do Bairro do Zumbi;

- campos de futebol de várzea, distribuídos pela periferia da cidade e distritos; e
- 01 emissora de rádio.

Um dos principais problemas, na área da cultura, esporte e lazer, é a carência de equipamentos disseminados pelos bairros, distritos e localidades.

3.6 SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE PÚBLICO - (MAPA N° 07)¹

A sede do Município de Horizonte tem características de aglomerado urbano que nasceu e cresceu em função da rodovia federal BR-116, principal via de seu sistema rodoviário básico. A grande movimentação de tráfego nessa via interfere de modo acentuado nas atividades urbanas da cidade e, por conseguinte, na vida de seus habitantes.

O sistema viário básico de Horizonte é constituído pela já referida BR-116, ao longo da qual se deu a ocupação desordenada e dispersa, além de estradas estaduais e municipais, entre as quais destaca-se a CE-350 que vai para o Município de Cascavel, e as vias de ligação entre a sede e os Distritos de Dourados, Queimadas e Aningas. Completam o sistema algumas avenidas e ruas principais.

Pelo fato de anteriormente ter pertencido ao Município de Pacajus, as sedes dos distritos de Horizonte possuem ligações várias com essa cidade, formando um razoável sistema de vias no sentido norte-sul.

A cidade tem uma distribuição espacial de baixa densidade, com consideráveis vazios urbanos que aumentam os custos dos serviços públicos oferecidos à população.

Existe uma grande quantidade de loteamentos novos distribuídos de forma aleatória no tecido urbano da cidade.

3.6.1 SISTEMA VIÁRIO

A estrada federal que liga Fortaleza ao sul do país (BR-116) corta a Cidade de Horizonte, constituindo o principal eixo de transporte do Município. Funciona como ordenadora do espaço da cidade. É nas margens da BR-116 que se localizam os principais equipamentos urbanos e as instituições básicas dos serviços públicos. A intensidade do tráfego de passagem, tanto de

¹ O Mapa N° 07 está apresentado no Capítulo 9.0 – Anexos.

cargas, como de passageiros, interfere, negativamente, nas funções da cidade e no comportamento de seus habitantes.

Não existem desvios para este tráfego por outras vias fora do centro urbano, mas já existe o projeto para o desvio da rodovia na área central da sede urbana.

Destaca-se ainda a CE-350, que liga a localidade de Coluna à CE-040 e à Rua Manoel Conrado, ligação do centro da sede urbana com o Distrito de Dourados, onde estão concentradas atividades de comércio e serviços.

O sistema viário da cidade é insatisfatório, com as vias, em sua maioria, estreitas, com revestimento em terra (30%) e a grande maioria restante, em pedra tosca. Em algumas vias, existem alagamentos por falta de um sistema adequado de drenagem.

As ligações da sede com os distritos, de modo geral, são precárias. A ligação da sede do Município com o Distrito de Queimadas é feita em pedra tosca, e parte está sendo asfaltada. A ligação Distrito Sede–Dourados, tem cerca de 80% em terra e 20% em calçamento (pedra tosca). O trecho que liga a sede do Município à Cidade de Cascavel tem previsão de alargamento, com revestimento em asfalto. A ligação entre os Distritos de Dourados e Aningas, com cerca de 12,00 quilômetros, é feita por uma via em revestimento primário.

Não existe, hoje, desvio desse tráfego através de outras vias, fora do centro urbano.

As ligações entre os bairros são feitas em vias de terra sem nenhum tratamento superficial.

Não existe um sistema efetivo de manutenção e limpeza do sistema viário.

Não existe estação rodoviária e nenhum espaço que se caracterize como terminal de ônibus em Horizonte, apenas paradas de ônibus.

Inexiste um sistema viário adequado entre Horizonte e os municípios vizinhos, prejudicando a integração econômica e social entre eles e dificultando seu desenvolvimento.

3.6.2 TRANSPORTE PÚBLICO

A Prefeitura não dispõe, em sua estrutura, de um órgão para gerenciamento dos transportes. A cidade não tem cobertura por linhas regulares de ônibus, sendo o deslocamento da população feito por outros modos, tais como bicicletas, particular, moto-taxi, ou ainda a pé.

Para os que se dirigem a Fortaleza, o transporte é regular, tendo em vista a grande quantidade de linhas de ônibus que passam pela BR-116.

O transporte entre a sede e os três distritos do Município – Dourados, Aningas e Queimadas, é feito por linhas de ônibus particulares sem nenhuma regulamentação e sem controle de rotas e horários.

O transporte rodoviário intermunicipal, é executado pelas seguintes empresas: São Benedito, São Félix, Rio Negro, Rio Jaguaribe, Morada Nova, Expressul, Viação Jaguaribe e Redenção.

Não existe política de planejamento, operação e controle dos transportes públicos que proporcionem um serviço regular e de qualidade à população. Além disso, não há uma política de priorização e incentivo ao transporte público.

O transporte entre a sede e os distritos é feito sem regulamentação e controle por parte da Prefeitura e é operado, basicamente, por empresas particulares, sem obediência a uma prévia programação e não cobre todos as demandas.

Pelo eixo central da BR-116, que constitui um forte corredor de transporte, há circulação de veículos tipo "kombis" e outros, operando clandestinamente.

Pelas características da topografia e pelo desenvolvimento industrial com instalações de unidades produtivas de utilização intensiva de mão-de-obra, a bicicleta é bastante utilizada mas não tem incentivos públicos correspondentes e nem um sistema adequado e seguro para o seu uso.

A Prefeitura presta serviços de transporte escolar através de empresas de ônibus contratadas. O deslocamento de estudantes entre os distritos, a sede municipal e outros municípios vizinhos é intenso, carecendo de uma melhor rede de transportes.

3.7 MEIO AMBIENTE - (MAPA Nº 08)¹

A cidade pode ser entendida como um ecossistema, considerando o conceito amplo da palavra, onde a qualidade de vida da população e a preservação do meio natural são interrelacionados e interdependentes. Assim sendo, a inclusão dos aspectos ambientais no planejamento urbano é de suma importância, resultando na ocupação ordenada do solo e na utilização racional do ambiente natural, de forma a garantir um ecossistema equilibrado, que ofereça melhores condições de vida.

¹ O Mapa Nº 08 está apresentado no Capítulo 9.0 – Anexos.

A sede urbana de Horizonte ocupa uma área relativamente plana formada por tabuleiros arenosos esculpido pelos cursos d'água que constituem as cabeceiras dos rios Catu (principalmente na zona central) e Mal Cozinhado (na porção leste da área urbana). Encontram-se superfícies de topos aplainados delimitadas por leitos fluviais e lacustres, rasos e alargados, os quais se interligam em um único caudal durante o período chuvoso, constituindo seguidas depressões com espelhos d'água sazonais. Dessa forma, o sistema de drenagem natural possui importantes áreas de espraiamento e amortecimento de cheias durante o período de excedente hídrico e, ainda, é responsável pela manutenção do escoamento subterrâneo ao longo dos vales, ao mesmo tempo em que representa a recarga permanente dos aquíferos. Tanto a população urbana como a rural, na sua maior parte, se abastece de água subterrânea através de poços instantâneos (primeiro lençol).

Por esse aspecto preferencialmente plano, a área urbana que constitui a sede de Horizonte apresenta cursos d'água com leitos muito rasos e mal definidos, os quais apresentam um lento escoamento responsável pelo alargamento temporário das faixas lindeiras. Tal característica só não é mais danosa face a boa permeabilidade dos terrenos arenosos, que são responsáveis pela infiltração de parte dessas águas, o que também faz recomendar a não utilização de pavimentos impermeáveis (asfalto) nas vias públicas. Contudo, mesmo as ruas em calçamento devem ser dotadas de drenagem superficial e devem ser bem dimensionados os bueiros responsáveis pela continuidade do escoamento fluvial.

É um exemplo desses fatores, o trecho da Rua Venâncio Raimundo, no bairro Mangueiral, que atravessa o leito do rio Catu, sem obra de drenagem efetiva e, embora não pavimentado, exerce o papel de barramento e amplia a área de inundação, interrompendo o tráfego temporariamente. À montante foi criado um espelho d'água (barreiro) com ampla área de espraiamento ainda desocupado e favorável à preservação do verde, à manutenção do lençol freático, explorado através de cacimbas e à preservação dos fatores de ventilação da área central da cidade. Para tanto, deve ser implantado um parque urbano-ecológico longitudinal, englobando toda a zona de nascente deste rio.

Nas faixas de proteção dos recursos hídricos e nas áreas de riscos geotécnicos e de poluição hídrica, mapeadas, segundo a legislação existente, como *non aedificandi*, já ocorrem algumas ocupações inadequadas e degradações ambientais, tais como:

- A área verde do Loteamento Parque da BR-116, onde a população está sujeita a inundações sazonais, à poluição hídrica e a vetores de doenças, devido a inviabilidade de um sistema de saneamento básico nessa área de risco pertencente à bacia do Rio Catu.

Está em desenvolvimento um projeto de remoção da população e o seu reassentamento (PROURB de Horizonte) em local mais elevado, sobre um tabuleiro;

- A área verde do Loteamento Belo Horizonte, onde a população invadiu leitos de drenagem sazonal na bacia do Rio Mal Cozinhado, e sofre inundações com aumento dos vetores de doenças, além da poluição hídrica por esgoto e lixo. Adicionalmente, a indústria têxtil ENZILAV lança significativo volume de efluentes, ricos em tinturas e corantes, na drenagem natural situada à montante, agravando o quadro. Considerada área de risco, a mesma será alvo do PROURB de Horizonte;
- A zona de confluência dos Loteamentos Parque Buenos Aires, Novo Horizonte e Parque São Francisco, onde a ocupação de parte do leito de drenagem e a sua interceptação pelas vias de acesso desprovidas de obras de drenagem, trazem impactos à população decorrente das inundações que inviabilizam o tráfego nas vias e dificultam o saneamento básico local;
- O arruamento dos Loteamentos Triângulo do Horizonte, Belo Horizonte e Novo Diadema, onde os cursos d'água formados a partir do sangradouro da Lagoa do Zumbi e que acabam constituindo o Rio Mal Cozinhado, são interceptados pelas vias existentes e projetadas inúmeras vezes, o que inviabiliza a manutenção de um sistema de drenagem e de esgotamento sanitário adequado, tanto pelos problemas de inundação das vias como dos lotes ali situados;
- A margem norte da Lagoa do Zumbi, onde foi implantada, sobre o leito sazonal de cheias, a Rua Manoel Feliciano de Souza, a qual funciona como um dique delimitando o espelho d'água, permitindo alagamentos sazonais tanto do pavimento quanto da área de jusante em volta do sangradouro, deverá ter sua manutenção dependente da não ocupação das faixas mapeadas e do redimensionamento da obra de drenagem sob a via (bueiro existente); e
- No leito do riacho que dá origem ao Rio Catu, num percurso de aproximadamente 800,00 metros, que vai da Granja São José até a Rua Rafael Santos, ocorre a ocupação parcial do leito de drenagem e são freqüentes os problemas de tráfego nas vias que interceptam o curso fluvial sem obras de drenagem adequadas, além dos outros transtornos decorrentes da inundação sobre a população.

Pelo aspecto preferencialmente plano da Cidade de Horizonte, nas áreas com ocupação urbana devem ser evitadas altas densidades demográficas em zonas com declividades abaixo de 3%, de forma a reduzirem-se os problemas relacionados a alagamentos e inundações.

As áreas de expansão do centro urbano estão destinadas à implantação de vários loteamentos e já apresentam uma grande superfície desmatada de forma desordenada, sendo mapeada como área com ocupação urbana. Ficaram fora algumas áreas de mata secundária periféricas, áreas com atividades agrícolas e áreas com vegetação arbórea situadas junto aos recursos hídricos mais preservados em propriedades semi-rurais. Os loteamentos, na sua maioria, não obedecem à legislação sobre o parcelamento do solo e a sua taxa de ocupação é retardada pelos problemas de infra-estrutura urbana, cuja implantação e funcionamento são dificultados pelos condicionantes naturais (principalmente drenagem) não respeitados.

As zonas residenciais dispõem de poucas áreas livres e públicas, de reduzida arborização nas praças, ruas e passeios para pedestres, principalmente nos bairros periféricos. Tal quadro reforça a necessidade de aplicação da Lei Nº 6.766/79 que obriga a um mínimo de 15% para áreas verdes e 5% para áreas institucionais, do total de áreas loteadas. No entanto, tradicionalmente a população reserva algumas áreas para campos de futebol e face à sua maior demanda, que já alcança um total de vinte e quatro times (agremiações) locais, a Prefeitura de Horizonte já reservou uma área no bairro do Zumbi para instalação de um estádio de futebol.

Completam as opções de lazer existentes, as quadras poliesportivas (Praça do Zumbi e escolas), o balneário do Açude das Queimadas (no vizinho município de Pacajus), o parque de vaquejada (Parque Estrela Vaquejada), as serestas em bares e restaurantes, além de alguns clubes noturnos (Solofran Clube, Clube Pisa na Fulô, Clube da Lan e Churrascaria Oásis Clube). Raramente, quando os proprietários das faixas de terras permitem, a população tem acesso aos banhos em lagoas existentes.

O “lixão” da cidade situa-se numa área relativamente próxima à bacia hidráulica do Açude Pacoti e, principalmente, nos períodos chuvosos, quando há carreamento de material pelas águas, pode ocorrer poluição deste manancial que é utilizado pela CAGECE no abastecimento d’água da Região Metropolitana de Fortaleza.

Embora algumas indústrias existentes sejam supridas com água bruta do sistema de abastecimento da RMF, a população da sede e dos distritos não é abastecida com água tratada, ficando o abastecimento público restrito a poços com chafarizes e a maioria dos habitantes fazem seu auto-abastecimento, principalmente, através de cacimbas e poços tubulares rasos.

Tal fato imprime uma necessidade de maior conservação da qualidade das águas subterrâneas, mas, na falta de um sistema público de esgotamento sanitário, são constantes os

risco de contaminação do lençol freático pela inadequada disposição dos esgotos. O que é lamentável, pois diante das elevadas taxas de absorção dos solos arenosos, predominantes no Município, sistemas tipo fossa-sumidouro bem projetados e construídos poderiam muito bem minimizar esses riscos. Também merecem cuidados os riscos de contaminação química por efluentes industriais.

Nos distritos, os ecossistemas de maior relevância estão representados pelas lagoas, córregos e matas de tabuleiros, os quais apresentam relativa degradação por atividades agropecuárias, atividades de mineração e, secundariamente, por extração de lenha e caça a animais silvestres. Contudo, graças à diminuta ocupação humana, ainda não são representativos os índices de poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

No Distrito de Dourados merecem destaque as lagoas do Ipú, Dourados (ou Lagoa de Fora) e da Canavieira dos Pinheiros, além do rio Mal Cozinhado. Essas lagoas possuem margens privatizadas, com mata ciliar relativamente degradada por exploração agrícola (capineiras e frutíferas, principalmente) e a extração de argila (rica em diatomito) para fabricação de tijolo branco utilizado na construção civil.

No Distrito de Aningas são destaques a Lagoa Canavieira dos Muniz e o Córrego da Canavieira, ambos com tradicional exploração de argila e agricultura de subsistência (capineiras, cana-de-açúcar, frutíferas, feijão, etc.) nas margens cercadas por minifúndios.

No Distrito de Queimadas ocorrem a Lagoa Timbaúba e o Açude Pacoti, onde desenvolvem-se, principalmente, atividades agrícolas. A caça e a pesca na bacia do manancial hídrico são controladas pela CAGECE.

Essas lagoas, na sua maioria, constituem reservatórios d'água permanentes e envolvem surgências (nascentes) do lençol freático. Contudo, sua utilização pública, quer seja para abastecimento humano ou atividades balneárias, depende de um zoneamento local de uso e ocupação do solo e entendimentos com os proprietários. Vale salientar que nos locais explorados por mineração (comumente eventual e clandestina) resultam cavidades submersas (buracos com até 5,00m de profundidade) que necessitam de balizamento para evitar riscos de afogamentos.

Quanto às áreas públicas e opções de lazer, os distritos carecem de praças arborizadas e bem mantidas, de campos de futebol e quadras esportivas minimamente equipadas. Merece destaque apenas o Estádio Nogueirão, o Clube Saproque e a Praça da Matriz, no Distrito de

Queimadas, bem como os bares e restaurantes nos distritos de Dourados. Devem ser revistas as obras de drenagem ao longo das vias de acesso as quais constituem problemas durante períodos mais chuvosos. No entanto, existem linhas de ônibus interligando os distritos, até Pacajus e Fortaleza.

A implantação do Distrito Industrial deverá considerar a direção dos ventos dominantes, evitando a poluição atmosférica. Faz-se necessário, também, condicionar a instalação e operação dessas indústrias, bem como de serviços de saúde, ao tratamento adequado de seus efluentes e resíduos sólidos, de modo a evitar a poluição do solo e dos recursos hídricos.

A locação de estações de tratamento de esgotos, também deverá considerar a direção dos ventos dominantes, de modo a evitar a poluição do ar, e contemplar uma área *non aedificandi* em seu entorno, a qual deverá ser destinada à formação de uma barreira de vegetação, evitando que a cidade cresça em sua direção.

4.0 - QUESTÕES PARA DISCUTIR COM O COMITÊ MUNICIPAL

Os trabalhos da **Oficina I** foram desenvolvidos com o uso da técnica METAPLAN, que se utiliza de procedimentos de moderação e visualização, mediante o uso de FICHAS e PAINÉIS, com perguntas que foram respondidas pelos participantes do evento. Dessa **Oficina** participaram todos os membros do Comitê Municipal, a equipe de acompanhamento da Prefeitura Municipal de Horizonte e os técnicos do Consórcio responsável pela elaboração do PDDU de Horizonte.

O resultado desta Oficina somou-se aos estudos e pesquisas já elaborados, pelo Consórcio, na construção do **Módulo Conceito**.

Os temas dos sete conjuntos de painéis, descritos adiante com as respectivas questões, são os seguintes:

- Conjunto 1 – Desenvolvimento Estratégico
- Conjunto 2 – Imagem da Cidade
- Conjunto 3 – Habitação e Vizinhança
- Conjunto 4 – Transporte
- Conjunto 5 – Centro Urbano
- Conjunto 6 – Áreas Verdes, Parques e Recreação
- Conjunto 7 – Serviços Públicos e Equipamentos

Esses temas caracterizam, no entendimento do Consórcio, o conjunto suficiente de áreas de discussão e concentram, pela sua relevância, a essência dos tópicos passíveis de exame para a construção de uma imagem do Município e da Cidade de Horizonte pelo Comitê Municipal do PDDU.

Na sistematização das constatações, análises e proposições, o conjunto de informações que se obteve com a realização da **Oficina I** foi, então, devidamente inserido no contexto de módulos que caracterizaram, ao final, o PDDU de Horizonte.

A seguir são apresentadas as perguntas acima referidas no tocante ao contexto em que se inserem e as questões vinculadas aos mesmos na realização da **Oficina I**.

4.1 CONJUNTO DE PAINÉIS 1 – DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

4.1.1 O CONTEXTO

É essencial no início das discussões sobre os destinos do Município de Horizonte, a consciência do tempo novo que estamos vivendo, onde o município não deve ser apenas um gerente de serviços, mas também um empreendedor, buscando colocar-se no contexto estadual e nacional como grande palco de negócios.

Ao mesmo tempo, um grande esforço de “parceria” deve colocar lado a lado, na construção do “novo município” e da “nova cidade”, todos os atores da cena municipal: o cidadão usuário, o agente econômico e as três instâncias governamentais.

Esta postura representa uma visão inovadora de planejamento em todos os seus matizes, porque pressupõe encerrada uma fase de antagonismos e o início da construção de um tempo novo de colaboração e parceria.

A identificação das opções mais adequadas ao desenvolvimento do Município de Horizonte agora também passa pela construção de uma imagem positiva para a cidade, através do seu redesenho e, para o próprio município, como o “lugar ideal para o investimento, o trabalho, a moradia e o lazer”.

Nesse contexto identificamos um conjunto de questões para discussão, cuja formulação está apresentada a seguir:

4.1.2 AS QUESTÕES

1. Quais os fatores que levaram à atual distribuição geográfica dos habitantes entre a sede e os distritos?
2. Como as lideranças empresariais, entidades de classe, políticos e líderes comunitários influenciam a vida do Município?
3. Como os outros municípios competem com a atração de negócios?
4. Como se comportam as diferenças de preços praticados pelo comércio e serviço entre os distritos e a sede? E entre Horizonte e outros municípios?
5. Quais os pontos fortes e os pontos fracos para o desenvolvimento de Horizonte?

4.2 CONJUNTO DE PAINÉIS 2 – IMAGEM DA CIDADE

4.2.1 O CONTEXTO

O espaço urbano de uma cidade é fortemente marcado por elementos naturais e elementos construídos que são pontos de referência para os moradores e visitantes nos deslocamentos e na percepção da cidade.

Horizonte possui elementos em sua paisagem urbana que expressam valores de sua origem, formação e identidade cultural de seus habitantes.

A identificação dos principais elementos que representam a imagem de Horizonte, projetada pelos seus moradores, é função deste painel.

4.2.2 AS QUESTÕES

1. Que elementos caracterizam para você a imagem de sua cidade?
2. Que lugares da cidade você indica como os mais interessantes e os mais feios?
3. Quais os monumentos e lugares sagrados que você identifica na cidade?

4.3 CONJUNTO DE PAINÉIS 3 – HABITAÇÃO E VIZINHANÇA

4.3.1 O CONTEXTO

Os bairros da cidade são as células organizadoras desse espaço e devem configurar-se como comunidades auto-sustentáveis, com alto nível de acessibilidade e de identidade, com fácil acesso ao ambiente natural preservado e dotadas de todos os equipamentos básicos à vida cotidiana.

Em Horizonte, a ocupação de sua área urbana não apresenta uma configuração coerente com esse conceito. Sua estrutura urbana é caracterizada por uma área central com média densidade e concentração das atividades, com as demais áreas definidas por loteamentos dispersos, em completa dependência do centro urbano, dificultando as relações sociais urbanas de seus moradores.

4.3.2 AS QUESTÕES

1. Como você identifica os limites de seu bairro?

2. Como você vê a acessibilidade do seu bairro ou distrito ao comércio, trabalho, lazer, transporte, escola, saúde e outros serviços de apoio?

4.4 CONJUNTO DE PAINÉIS 4 – TRANSPORTE

4.4.1 O CONTEXTO

Circular é uma das funções básicas que compõe o conceito de cidade e as ruas constituem mais de 20% da área urbana. Da qualidade desse sistema, depende as relações entre cidadão e atividades urbanas.

Em Horizonte, o maior fluxo de deslocamento diário ocorre na rodovia BR-116 e em direção a ela, onde está localizada a maior parte das funções referentes ao trabalho e ao lazer. O fluxo intenso do transporte de carga e o trânsito de passagem não convivem em harmonia com a vida cotidiana da cidade, funcionando como barreira, além do perigo e desconforto decorrentes dela. As vias que cruzam esse sistema, em geral, apresentam qualidade insatisfatória quanto ao revestimento, arborização e distribuição hierarquizada dos diversos fluxos e meios de transporte.

Compete ao Município organizar o sistema de transportes, atendendo as linhas de desejo da população, conciliadas com as densidades populacionais.

4.4.2 AS QUESTÕES

1. Como você avalia o serviço de transporte que interliga as várias zonas da cidade?
2. Como você vê o deslocamento dos pedestres e ciclistas na sua cidade?
3. Como você acha que a cidade poderia se organizar para que você gastasse menos com o transporte?

4.5 CONJUNTO DE PAINÉIS 5 – CENTRO URBANO

4.5.1 O CONTEXTO

Numa cidade, a área central é a parte mais representativa, concentrando as atividades comerciais, culturais e de serviços.

O centro urbano da Cidade de Horizonte, é organizado linearmente em função da BR-116, com pequenos desenvolvimentos insulares em direção ao Bairro Zumbi, mas com uma estrutura confusa e desordenada, configurando-se num espaço sem representação simbólica.

O centro de uma cidade deve ser, antes de tudo, o lugar de todos, simbolizando o local de convergência social e onde a cidadania tem seu espaço de maior repercussão.

4.5.2 AS QUESTÕES

1. Para que você vai ao centro da cidade?
2. O que você gosta e o que você não gosta no centro?
3. Você tem acesso fácil e circula bem na zona central?

4.6 CONJUNTO DE PAINÉIS 6 – ÁREAS VERDES, PARQUES E RECREAÇÃO

4.6.1 O CONTEXTO

O sítio de Horizonte, localizado nas margens dos Rios Catu e Mal Cozinhado, apresenta um bom potencial paisagístico, favorável ao aproveitamento e utilização não predatória desses recursos naturais, possibilitando o verde acessível e conseqüentemente melhoria da qualidade de vida urbana. Esses recursos ainda não são devidamente explorados e os espaços destinados aos parques e atividades de recreação são insuficientes para a demanda da população.

A preservação e o comprometimento dos recursos naturais, sua destinação paisagística e sua transformação em atrativos naturais e culturais são metas a serem atingidas.

4.6.2 AS QUESTÕES

1. Em que lugares você exerce atividade de recreação e entretenimento ao ar livre?
2. Como você considera o uso dos recursos naturais como espaço de lazer?

4.7 CONJUNTO DE PAINÉIS 7 – SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS

4.7.1 O CONTEXTO

A cidade deve dispor de redes de infra-estrutura que compõem os serviços públicos básicos, para o atendimento das necessidades da população.

A Cidade de Horizonte, não dispõe de sistemas de infra-estrutura básica condizentes com a qualidade de vida desejada para a população local.

4.7.2 AS QUESTÕES

1. Qual a sua opinião sobre os seguintes serviços públicos no seu local de moradia?
 - Água.
 - Esgotamento Sanitário.
 - Coleta de Lixo.
 - Serviço Telefônico
 - Energia Elétrica.

2. Qual a sua opinião sobre os seguintes equipamentos públicos no seu local de moradia?
 - Escola Pública.
 - Saúde e Hospitais.
 - Bibliotecas.
 - Segurança e Combate a Incêndio.

As metas resumem e alinham os encaminhamentos gerais de cada iniciativa para obter a configuração da “Cidade que Queremos”. Foram identificadas seis metas essenciais para as quais os esforços da comunidade podem ser dirigidos no sentido da obtenção deste perfil urbano:

5.1 META 1 - OBTER A CONDIÇÃO ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO

A relação da cidade com as regiões circundantes, seus recursos naturais, sua cultura, expressando sua qualidade de vida, são os elementos disponíveis para definir os incentivos à criação de empregos e à diversidade dos negócios. Além disso é necessário entender a cidade economicamente visível como um ambiente formado por Vizinhanças estáveis com existência de trabalho, comunidades planejadas, base sustentável de recursos naturais, infra-estruturas adequadas, oportunidade de negócios, capital suficiente, base tributária e mão-de-obra especializada.

Para o atingimento dessa meta serão necessários os seguintes encaminhamentos e iniciativas por parte do Poder Público:

- Assegurar empregos disponíveis para todos aqueles que queiram trabalhar.
- Criar variedade cultural de entretenimento, oportunidades recreativas, e oportunidades educacionais, principalmente para o grande percentual de jovens existentes no Município (cerca de 40% da população possui até 14 anos e apenas 7,5% encontra-se na terceira idade).
- Assegurar a boa administração das finanças.
- Criar condições para que todas as crianças e jovens estejam na escola e preparando-se para o trabalho.
- Incentivar a economia fluente com poucos obstáculos aos negócios.
- Elevar o padrão de qualidade dos programas e serviços com o objetivo de torná-los competitivos.
- Incentivar os negócios competitivos sem negociador predominante.
- Dispor locais e infra-estruturas para indústrias, sempre que possível ao alcance das Vizinhanças (indústrias leves não poluidoras).

- Incentivar as atividades artesanais nos distritos através da criação de comunidades de trabalho e de um conseqüente sistema de atratividade da clientela e escoamento da produção.
- Incentivar a atração, manutenção e criação de novos negócios.
- Apoiar as atividades econômicas do setor agrícola.
- Apoiar a criação de treinamento para mão-de-obra especializada.
- Recuperar a malha de estradas vicinais do Município para facilitar o escoamento da produção local.
- Apoiar o desenvolvimento da atual produção avícola.
- Aproveitar os impactos positivos decorrentes da duplicação da BR-116 e novo traçado na área situada no centro do Município e a conseqüente melhoria da conexão com a cidade de Fortaleza.
- Transmitir e divulgar, com habilidade e competência, os pontos fortes do Município.

5.2 META 2 – GERENCIAR O CRESCIMENTO

O bem estar geral da população e o desenvolvimento econômico são profundamente afetados pelo modo como a cidade cresce. A direção do crescimento apoiada no plano diretor, considerando também as ações privadas, pode racionalizar o consumo dos fundos públicos e otimizar os padrões do crescimento.

Para o atingimento dessa meta serão necessários os seguintes encaminhamentos e iniciativas por parte do Poder Público:

- Definir padrões urbanos para apoiar as Vizinhanças existentes e os distritos, desenhando as futuras Vizinhanças de forma a lhes garantir acessibilidade, sustentabilidade e estabilidade da vida comunitária.
- Balancear a proteção das áreas naturais com os objetivos do crescimento contíguo para a zona urbanizada, entrelaçando regularmente as zonas verdes com as áreas de urbanização, evitando, ao mesmo tempo, os enormes desperdícios na infra-estrutura de

serviços públicos, pela travessia de vazios urbanos para atender as demandas longínquas, e encorajando a redução do uso do transporte motorizado.

- Ordenar os usos do solo de forma a produzir uma qualidade do desenho urbano das novas expansões, favorecendo a acessibilidade e preservando os aspectos ambientais.
- Estimular a concentração dos equipamentos públicos mais relevantes da cidade (Prefeitura, Fórum e outros prédios públicos) e redesenhar a relação desses equipamentos com os espaços públicos disponíveis ou criados, na zona central, de maneira a favorecer a configuração de um centro urbano com capacidade de constituir-se como referencial simbólico de toda a população.
- Definir um sistema viário compatível com os padrões de melhoria para a circulação de veículos, pedestres, bicicletas e animais.
- Estabilizar as Vizinhanças de população de baixa renda, na sede municipal e nas sedes dos distritos, transformando-as em bairros populares com equipamentos urbanos, espaços de convivência, trabalho e serviços públicos.
- Estabelecer um padrão de crescimento que leve em conta a não dependência do automóvel para a maioria da população, explorando oportunamente as condições favoráveis da estrutura linear de desenvolvimento urbano da cidade.
- Em todos os ordenamentos de controle para o crescimento desejado, obter a colaboração cidadã equilibrando as propostas de interdição com os incentivos ao desenvolvimento.

5.3 META 3 – DESENVOLVER E MANTER UMA IMAGEM POSITIVA DA CIDADE

O pouco tempo de existência do Município de Horizonte, em conjunto com a forma de ocupação espontânea que ocorreu, baseada apenas em fatores mercadológicos, acabaram por gerar um quadro de difícil identificação entre cidadão e cidade, além de estabelecer um padrão de cidade aquém das necessidades básicas da população. O futuro desenvolvimento urbano de Horizonte deverá incutir uma imagem positiva em seu novo desenho que, juntamente com a melhoria da acessibilidade e o incremento das amenidades de uso público, darão ao Município a qualidade ambiental e a imagem urbana correspondente ao anseio de prosperidade demonstrado por sua população. O acoplamento destes elementos ao planejamento através das novas urbanizações, das infra-estruturas de serviços, da boa mobilidade e dos serviços

comunitários reforçarão a imagem positiva da futura cidade a ser identificada por habitantes e visitantes.

Para atingir essa meta serão necessários os seguintes encaminhamentos e iniciativas por parte do Poder Público:

- Fortalecer o Centro Urbano como imagem da cidade.
- Melhorar as condições do espaço público central para realçar a imagem da cidade.
- Apoiar a atratividade da Zona central com requalificação de seu espaço público.
- Melhorar a qualidade do desenho urbano nas zonas já existentes e nas expansões.
- Enfatizar o conforto das pessoas, em primeiro lugar, em relação aos veículos, no que diz respeito ao desenho das ruas.
- Reduzir os impactos visuais negativos produzidos pelas fachadas do comércio e painéis de anúncios.
- Preservar as estruturas existentes e favorecer a criação de uma nova imagem urbanística e arquitetônica.
- Equipar e expandir na Zona central, nas Vizinhanças e nos parques, as amenidades culturais do tipo: mobiliário urbano, locais de atividades ao ar livre, arborizações programadas, fontes, quiosques, bancos, etc.
- Apoiar a maioria das sedes de distritos no sentido de configurar, materialmente, uma estrutura de espaços públicos e de convergência, além de urbanizações leves de suporte para as atividades de lazer ligadas aos açudes, aos bailes populares e às festas de vaquejadas, de maneira a atrair os usuários locais.
- Gerar condições adequadas aos espaços de uso público no que diz respeito ao tratamento dessas áreas, amenidades climáticas e conforto para que se intensifique o seu uso.
- Criar meios para apoiar a malha viária das estradas vicinais, com o objetivo de viabilizar o escoamento das produções locais.

5.4 META 4 – CRIAR E MANTER VIZINHANÇAS SAUDÁVEIS E DIVERSIFICADAS EM TODA A CIDADE E NOS DISTRITOS

A criação de novas Vizinhanças e a preservação e melhoria da qualidade de vida das Vizinhanças existentes, são ações focais do sucesso do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Elas são os componentes básicos estruturais que definem e caracterizam a qualidade cultural e histórica da cidade e do Município.

Além do sucesso das Vizinhanças para a estabilidade e atrativa qualidade de vida, é indispensável a disponibilidade de habitações para todos os segmentos sócio-econômicos da comunidade. A sua integridade funcional confere forma à comunidade e é esta sinergia que cria o sentido e o espírito do lugar. Os elementos básicos como escolas, igrejas, parques, espaços de natureza, comércio, delegacia de polícia, postos de saúde, serviços culturais, bibliotecas e outros equipamentos, se vistos em conjunto, assegurarão a existência da vizinhança sustentável que formará a boa cidade.

Para atingir essa meta serão necessários os seguintes encaminhamentos e iniciativas por parte do Poder Público:

- Reestruturar a nova forma de ocupação, bem como as preexistentes, afim de que essas possam apresentar um caráter de Vizinhança.
- Criar novas Vizinhanças obedecendo aos critérios de acessibilidade, sustentabilidade e vitalidade comunitária.
- Promover a criação de trabalho e emprego nas Vizinhanças e distritos.
- Apoiar as Vizinhanças e distritos já estabilizados.
- Promover o fácil acesso aos serviços e aos apoios para a vida cotidiana das Vizinhanças e distritos.
- Resolver os problemas de saneamento básico e espaços públicos nas Vizinhanças e áreas de convergência da comunidade além dos distritos.
- Estimular os investimentos privados nas próprias Vizinhanças e distritos.
- Assegurar melhoria quantitativa e qualitativa da habitação.

- Assegurar a existência de terrenos públicos para usos comuns das comunidades dentro das próprias Vizinhanças (convivência, esporte, lazer e atividades comunitárias).
- Apoiar aqueles já existentes e assegurar a construção de espaços públicos de convivência e recepção de visitantes nas sedes dos distritos.
- Criar um programa de construção de espaços para trabalhos comunitários ligados às atividades pertinentes às potencialidades locais.

5.5 META 5 – PROTEGER A QUALIDADE DO SISTEMA AMBIENTAL

Para a estabilidade futura do Município, deve-se entender a cidade como um ecossistema onde a qualidade de vida da população e a preservação do meio natural são interrelacionados e interdependentes. É indispensável portanto, garantir um ecossistema equilibrado que ofereça melhores condições de vida através de uma ocupação ordenada do solo e da utilização racional do ambiente natural.

Para atingir essa meta serão necessários os seguintes encaminhamentos e iniciativas por parte do Poder Público:

- Proteger os sistemas naturais do Município: sistemas flúvio-lacustres dos rios Catu e Mal Cozinhado, riachos do Ererê e Angelim, córregos das Quintas e da Canavieira, com destaque para o Açude Pacoti.
- Proteger os talwegues naturais e recursos hídricos, para facilitar o escoamento natural das águas precipitadas, utilizando estes espaços nas urbanizações como áreas verdes destinadas ao lazer.
- Assegurar que as urbanizações sejam suportáveis pelo ambiente natural.
- Preservar e proteger os ambientes naturais sensíveis: áreas de preservação ambiental das lagoas, encostas com declividades acentuadas, leitos de drenagem e aquífero aluvial, entre outros.
- Incorporar os ambientes naturais dentro da cidade, sempre de forma acessível aos residentes.

5.6 META 6 – SERVIÇOS PÚBLICOS IGUALITÁRIOS E EFICIENTES

Os habitantes da cidade têm necessidade de se sentirem seguros, saudáveis e educados. Para

obter as desejadas qualidades e conforto da vida urbana, com justiça e distribuição eqüitativa, é indispensável que os serviços sejam conectados e locados em todas as Vizinhanças da cidade e nas sedes dos distritos.

Para atingir essa meta serão necessários os seguintes encaminhamentos e iniciativas por parte do Poder Público:

- Assegurar que toda a zona urbana da sede seja servida por esgotamento sanitário, e sistemas alternativos de esgotamento sanitário sejam utilizados nos distritos.
- Sempre que possível utilizar drenagem aberta natural, aproveitando a superfície para atividades ao ar livre.
- Assegurar que todas as zonas urbanas e os distritos sejam servidos pela rede de distribuição de água.
- Garantir o escoamento das águas precipitadas, evitando danos ao patrimônio e transtornos aos deslocamentos.
- Assegurar a coleta total do lixo de toda a zona urbana da sede e dos distritos e garantir um destino adequado ao mesmo.
- Assegurar que os distritos sejam equipados com uma malha de estradas vicinais promovendo a boa conexão física entre estes e a BR-116 e, conseqüentemente, com a sede do município.
- Assegurar a comunicação telefônica em todos os distritos.
- Assegurar à sede dos distritos o acesso aos serviços públicos e aos equipamentos urbanos na escala de suas necessidades e de forma compatível com a boa qualidade da vida rural.
- Prover as Vizinhanças de bibliotecas, escolas públicas, postos ou centros de saúde e equipamentos culturais, num raio de alcance adequado aos pedestres.
- Assegurar que o ponto de acesso ao transporte público esteja situado dentro do raio de alcance dos pedestres, em cada Vizinhança e que seja realçado o papel e a vitalidade da área pública circundante ao respectivo ponto de acesso , como “portal” da Vizinhança e “fórum visível da comunidade”.

As discussões e conclusões originadas da Oficina I constituíram-se em subsídios que, ao se confrontarem com os critérios técnicos e padrões urbanísticos universais desejáveis, produziram os Conceitos e Diretrizes que foram agrupados em sete seções:

1. Desenvolvimento Estratégico.
2. Uso do Solo, Desenho Urbano e Forma da Cidade.
3. Habitação e Desenvolvimento da Comunidade.
4. Infra-estruturas e Serviços Públicos.
5. Infra-estrutura Social.
6. Transporte e Sistema Viário.
7. Meio Ambiente.

6.1 DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

Conceito 1 – *O Município deve consolidar a política de atração de indústrias adequadas às suas condições naturais e sociais.*

Diretrizes

1. Concentrar esforços nos setores têxtil, de calçados, de vestuário e de artefatos de tecidos.
2. Induzir a expansão da agroindústria de processamento e beneficiamento do caju.
3. Promover cursos profissionalizantes como forma de qualificar a mão-de-obra para as atividades desenvolvidas no Município.
4. Capacitar pessoas em funções gerenciais diversas.
5. Aproveitar novas oportunidades de investimento industrial decorrentes da execução de grandes projetos regionais ou nacionais, cujos impactos possam se fazer sentir na economia cearense.
6. Ampliar e complementar os investimentos de infra-estrutura já realizados, com ênfase na consolidação do Distrito Industrial da cidade e na integração intermodal do sistema de transportes.

7. Conceder estímulos especiais a indústrias que absorvam, intensivamente, mão-de-obra, apresentem significativos efeitos secundários e maximizem o valor agregado por unidade de investimento.
8. Proporcionar apoio técnico e gerencial às pequenas e médias empresas.

Conceito 2 – O Município deve fortalecer a agropecuária local.

Diretrizes

1. Estimular a fruticultura irrigada e o caju de sequeiro.
2. Induzir a expansão da avicultura e da ovinocultura.
3. Desenvolver tecnologia para melhor aproveitamento do solo.
4. Elaborar um plano de desenvolvimento rural.
5. Capacitar mão-de-obra rural para trabalhar num contexto de agropecuária mecanizada.
6. Incentivar o associativismo.
7. Aumentar a oferta de água (construção de uma adutora) e otimizar o uso deste insumo.
8. Expandir os serviços e a infra-estrutura social e física no meio rural.
9. Garantir o efetivo acesso dos pequenos produtores rurais, beneficiários da política (Conceito 2), ao crédito rural subsidiado, de forma oportuna e eficiente.

Conceito 3 – O Município deve expandir e melhorar sua infra-estrutura física.

Diretrizes

1. Ampliar a oferta habitacional na sede do Município.
2. Construir áreas residenciais para os trabalhadores das indústrias.
3. Melhorar o sistema de iluminação pública.
4. Manter em plenas condições de uso, as rodovias vicinais, estaduais e zelar pelas federais.

5. Viabilizar a ligação entre as zonas de produção e de comercialização.
6. Eliminar o isolamento rodoviário de alguns distritos do Município.
7. Ampliar e melhorar o atendimento à população com transporte rodoviário de passageiros.
8. Ampliar a oferta dos serviços de telecomunicação, energia, saneamento básico e abastecimento de água.

Conceito 4 – O Município deve fortalecer a gestão participativa.

Diretrizes

1. Incentivar a estruturação de ONG's que desenvolvam trabalhos sociais.
2. Fortalecer a participação popular através de um aprendizado político-pedagógico.
3. Possibilitar à população o acesso às informações, instrumentalizando-as para o exercício da cidadania.
4. Divulgar o orçamento monetário do Município *vis à vis* às prioridades demandadas pela população.
5. Fortalecer as associações, sindicatos e representantes de classe.

Conceito 5 – O Município deve fortalecer a atividade comercial estimulando a diversidade da oferta de bens e serviços, visando a permanência dos recursos financeiros na localidade.

Diretrizes

1. Montar um sistema de informações sobre o mercado local, utilizando-se do CDL.
2. Incentivar treinamentos para os comerciários locais.
3. Promover o intercâmbio entre os industriais e os comerciantes como forma de dinamizar o comércio local.
4. Dinamizar e aproveitar as potencialidades locais no sentido de melhor contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do Município.

Conceito 6 – *O Município deve proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes.*

Diretrizes

1. Promover ações de combate às drogas e à prostituição.
2. Reduzir o índice de violência urbana.
3. Estimular a criação de oportunidades culturais e recreativas.
4. Alcançar maior integração entre a ação educativa, cultural, política, social e econômica.
5. Incentivar a prática da educação física e do desporto estudantil, visando contribuir para a saúde física, mental e social dos jovens e adolescentes.
6. Incrementar as ações de educação não formal.
7. Universalizar o acesso aos serviços de saúde.

6.2 USO DO SOLO, DESENHO URBANO E FORMA DA CIDADE

Conceito 1 – *É necessário assegurar que os espaços urbanos tenham boa aparência e bom funcionamento. As novas edificações e urbanizações têm que levar em conta os contextos circundantes e as relações com outros edifícios, espaços abertos, natureza e pedestres.*

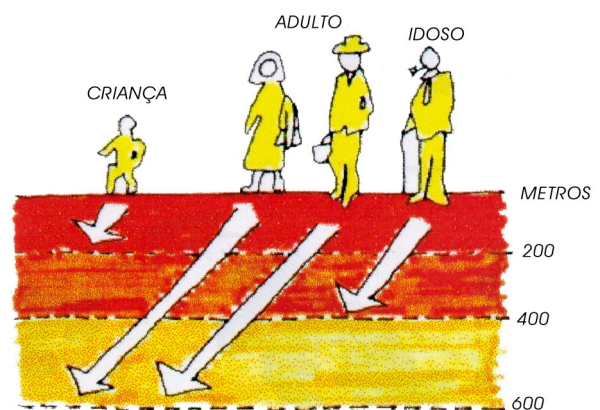
Diretrizes

1. As novas construções terão que ser compatíveis, visual e funcionalmente, com seus contextos, em termos de escala, forma, proporção, detalhes, qualidade de materiais e uso do solo.
2. As novas edificações ou grupo de edificações têm que guardar coerência, em aparência e função, com a lógica dos movimentos de pedestres e formar espaços públicos usáveis e atrativos.
3. É necessário preservar, quando possível, árvores adultas, drenagem natural, áreas úmidas e topografias especiais.

Conceito 2 – Um sistema linear de mobilidade urbana incluindo pedestres, bicicletas, veículos e transporte coletivo, deve ser empregado para facilitar a circulação entre as várias áreas da cidade e ligar as Vizinhanças entre si, uma vez que o espaço dorsal do trecho de rodovia a ser desviado pode, muito bem, ser a base física para esta solução e os raios de caminhabilidade transversais ao sistema são perfeitamente compatíveis.

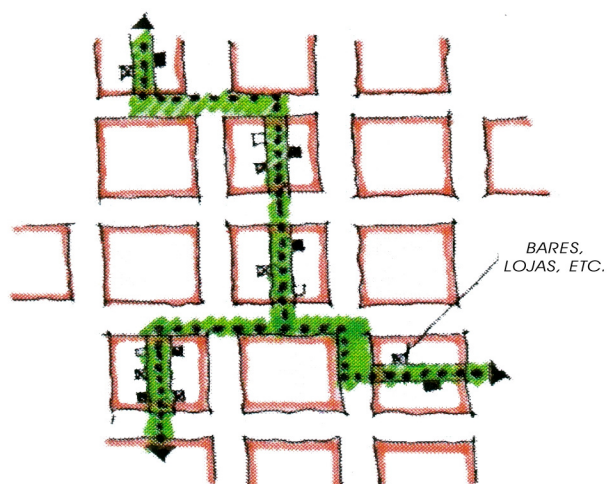
Diretrizes

1. Sistemas lineares justapostos de vias para pedestres, bicicletas, transporte coletivo e espaços abertos com natureza, podem ser usados para ligar áreas da cidade entre si, incluindo paisagismo, assentos, quiosques, iluminação pública e ciclovias para o deslocamento cotidiano de trabalhadores. Sempre que possível, é necessário estimular a construção de fronteiras habitadas (zonas residenciais) emoldurando os parques, onde os “olhos da comunidade” contribuirão para a segurança pública da área (CROQUIS N° 04).



CROQUIS N°04 – Distâncias Eficientes

2. Sempre que possível, devem ser criados caminhos alternativos na zona central, favorecendo idosos, deficientes motores e crianças. Estes caminhos devem ser equipados com arborização adequada, pontos de refrescamento, mobiliário urbano, fontes e outras amenidades, cujas faces fronteiriças devem ser ocupadas com comércio atraente aos pedestres como lojinhas, bares, etc. (CROQUIS N° 05).



"RUAS VERDES COM CAMINHO ALTERNATIVO PARA PEDESTRES"

CROQUIS N° 05 – Caminho Alternativo para Pedestres

3. As calçadas existentes devem ser adaptadas, na medida do possível, para melhorar o conforto dos pedestres, inclusive os portadores de deficiências físicas.
4. Deve ser previsto o uso de calçadas em toda a cidade.

Conceito 3 – *O Município deverá utilizar a combinação de incentivos, políticas e revisão de procedimentos de aprovação de projetos para melhorar o grau de qualidade do desenho urbano, a começar por seus próprios edifícios e espaços cívicos, e exigir a mesma qualidade para as ações privadas.*

Diretrizes

1. O Governo Municipal deverá apresentar um alto padrão de desenho em seus próprios projetos e condicionar também um alto padrão de desenho para o setor privado.
2. Horizonte deverá concentrar esforços para ter uma alta qualidade de espaços públicos, paisagem, parques, edifícios cívicos, monumentos e mobiliário urbano.
3. Deve ser exigida uma alta qualidade de desenho para as futuras obras d'arte que venham a ser construídas sobre a paisagem de córregos e riachos nas áreas naturais da cidade, pois suas silhuetas devem reforçar a qualidade do desenho urbano e a imagem memorável da cidade.

Conceito 4 – *As ruas de Horizonte podem ser mais atraentes e funcionais para os pedestres, de modo a garantir melhores condições de locomoção, inclusive para portadores de deficiências físicas, melhorando as condições paisagísticas, a amenização climática e regulamentando o uso das faces adjacentes com placas e anúncios. As entradas da cidade devem ser realçadas e embelezadas para fortalecer a imagem urbana.*

Diretrizes

1. A sinalização e os anúncios devem ser reduzidos ao mínimo indispensável para identificação das lojas e controle do tráfego.
2. As entradas principais da cidade deverão receber tratamento especial com o portal da cidade, para assegurar a visão positivamente impactante do visitante, ao chegar à zona urbana.

3. É necessário rever o desenho do espaço público e adaptar as relações espaciais entre os veículos e a área de passeio, de forma a favorecer o compartilhamento adequado das atividades urbanas, possibilitando o lazer das crianças com segurança, a circulação de idosos e deficientes físicos, preservando o hábito regional de encontro dos vizinhos nas calçadas.
4. As imagens da cidade constituem pontos de referência para a orientação e identificação dos pedestres. Projetos de passeios devem basear-se numa análise cuidadosa do panorama da cidade, para que os pedestres possam viver sua identidade (CROQUIS Nº 06).



CROQUIS Nº06 – Relação Percursos / Identidade

Conceito 5 – Para apoiar as atividades de convivência das comunidades dos distritos, é necessário implantar espaços públicos convergentes (pracinhas, quiosques, áreas de lazer, etc.), no coração de cada sede.

Diretrizes

1. Implantar espaços públicos centrais de convivência nos distritos de Queimadas, Dourados e Aningas.
2. Dar condições para a população residente nos distritos desenvolver suas atividades básicas, enquanto cidadãos, sem dependência direta com a sede do Município. Para isso é necessário implantar infra-estrutura básica de apoio, social e de lazer para recreação. Os bailes populares e as festas tradicionais deverão afirmar a identidade cultural das localidades.
3. O Distrito de Aningas apresenta-se como essencialmente rural, não oferecendo nenhuma condição de vida social, sendo necessário uma incrementação do espaço de sua vila a fim de tornar o convívio social mais intenso e possibilitar a troca cultural e o desenvolvimento pessoal por parte de seus habitantes.

Conceito 6 – *Horizonte deverá ser servida por um conjunto de equipamentos culturais, compatíveis com as necessidades de seus habitantes, para que se possa atingir o desenvolvimento desejado.*

Diretrizes

1. Horizonte deverá implantar equipamentos como bibliotecas, auditórios, lugares para reuniões e congressos, afim de fundamentar padrões culturais para os moradores do Município.
2. Deve-se estabelecer novos espaços destinados à implantação de áreas de uso público, como praças, jardins, entre outros, afim de oferecer ao cidadão uma maior diversidade espacial para o convívio social.
3. As praças da zona central carecem de redesenho de seu pavimento e mobiliário urbano, para melhor acomodação de suas atividades de convivência social.

Conceito 7 – *Horizonte, estruturada a partir da rodovia BR-116, apresenta uma centralidade confusa com problemas de conexão de seus espaços devido à barreira imposta pela rodovia. Além disso ocorre a falta de imagem iconográfica representativa de sua população, tendo assim, que ser elaborada uma política para a área central que neutralize esses fatores.*

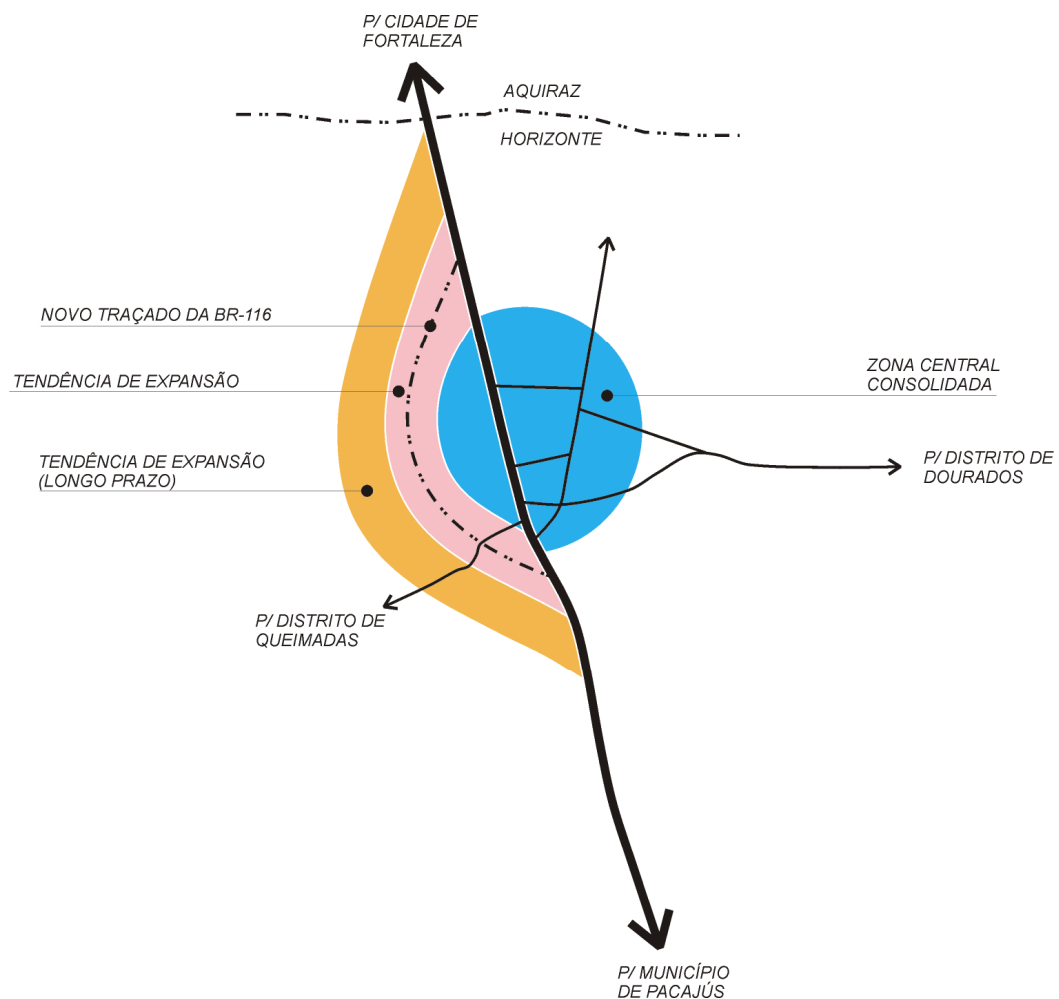
Diretrizes

1. Estimular um estruturado trabalho de apropriação dos espaços centrais da Cidade pelos seus habitantes, objetivando manter e preservar o seu caráter urbano específico e desenvolver uma imagem referencial e simbólica de um centro urbano devidamente configurado.
2. Viabilizar uma forma de ligação entre as duas áreas às margens desse eixo a fim de amenizar seus efeitos segregadores.
3. Introduzir o conceito de trânsito calmo na zona urbana, favorecido pela transposição do eixo rodoviário para uma área periférica, transformando o trecho da BR-116 que corta, atualmente, a zona urbana da sede, em via local de circulação.

Conceito 8 – O novo traçado previsto para a rodovia BR-116, no perímetro da área urbana de Horizonte tenderá a eliminar o trânsito rodoviário na área central e possibilitará seu novo uso como via estruturante de circulação local, ao mesmo tempo que, provavelmente, impulsionará a fuga de algumas atividades vinculadas ao espaço central da cidade para a margem do novo traçado. O Plano deverá considerar esse tipo de impacto de forma a evitar o crescimento da zona urbana e reforçar a idéia de crescimento contíguo.

Diretrizes

1. O novo plano de uso do solo deverá se antecipar aos impactos que serão provocados na zona central, em consequência da futura construção da variante rodoviária da BR-116 e sua duplicação, evitando que a provável atratividade do novo trecho da rodovia possa provocar um processo de “fuga” de funções e esvaziamento da área central (CROQUIS N° 07).



CROQUIS N° 07 – Influência do Desvio da BR-116

2. É necessário criar meios para evitar uma intensidade elevada de tráfego de veículos na zona central, no antigo traçado da BR-116, para eliminar congestionamentos e estacionamento desordenados, melhorando a circulação de pedestres e ciclistas.
3. Deve-se melhorar a acessibilidade às diversas áreas, criando uma estrutura de circulação de pedestres com alargamento de calçadas e, quando for possível, arborização das ruas e criação de canteiros e ciclovias.
4. Além da melhoria dos meios de locomoção, deverão ser criados os espaços de permanência e de parada ao longo do percurso, tornando o deslocamento agradável aos moradores e usuários do espaço urbano.

Conceito 9 – *Com a política de desenvolvimento do Município, Horizonte se afirmará como pólo industrial no cenário estadual. Para que a instalação do setor industrial não venha a afetar o Município de forma desequilibrada, a ação deverá estar fincada numa forma de implantação que leve em consideração fatores sociais e ambientais da região.*

Diretrizes

1. A instalação das indústrias previstas para o Município deverá ocorrer em locais previamente definidos e de acordo com os padrões de ocupação desejáveis para a melhoria da qualidade de vida da população.
2. A política de descentralização das indústrias leves e sua localização, próxima às moradias, viabilizará o acesso ao trabalho através de caminhada ou pelo uso da bicicleta.

Conceito 10 – *O Município de Horizonte deverá estabelecer padrões básicos de urbanização para seu desenvolvimento e crescimento de forma contígua e balanceada, entrelaçando as urbanizações com as paisagens naturais e ao mesmo tempo encorajando a reurbanização de áreas deterioradas.*

Diretrizes

1. O crescimento e a expansão da cidade deve ser objeto de planejamento e regulamentação legal.
2. A verticalidade excessiva de futuras construções deve ser contida, evitando problemas climáticos tais como o aquecimento dos espaços de uso comum e a ventilação das edificações do entorno.

3. As novas urbanizações periféricas devem ser contíguas à urbanização já existente, evitando a criação e manutenção de vazios urbanos, além da dilatação do raio de alcance dos serviços e do trabalho em relação às residências. Ao mesmo tempo, as novas urbanizações devem entrelaçar-se com os ambientes naturais (CROQUIS N° 08).

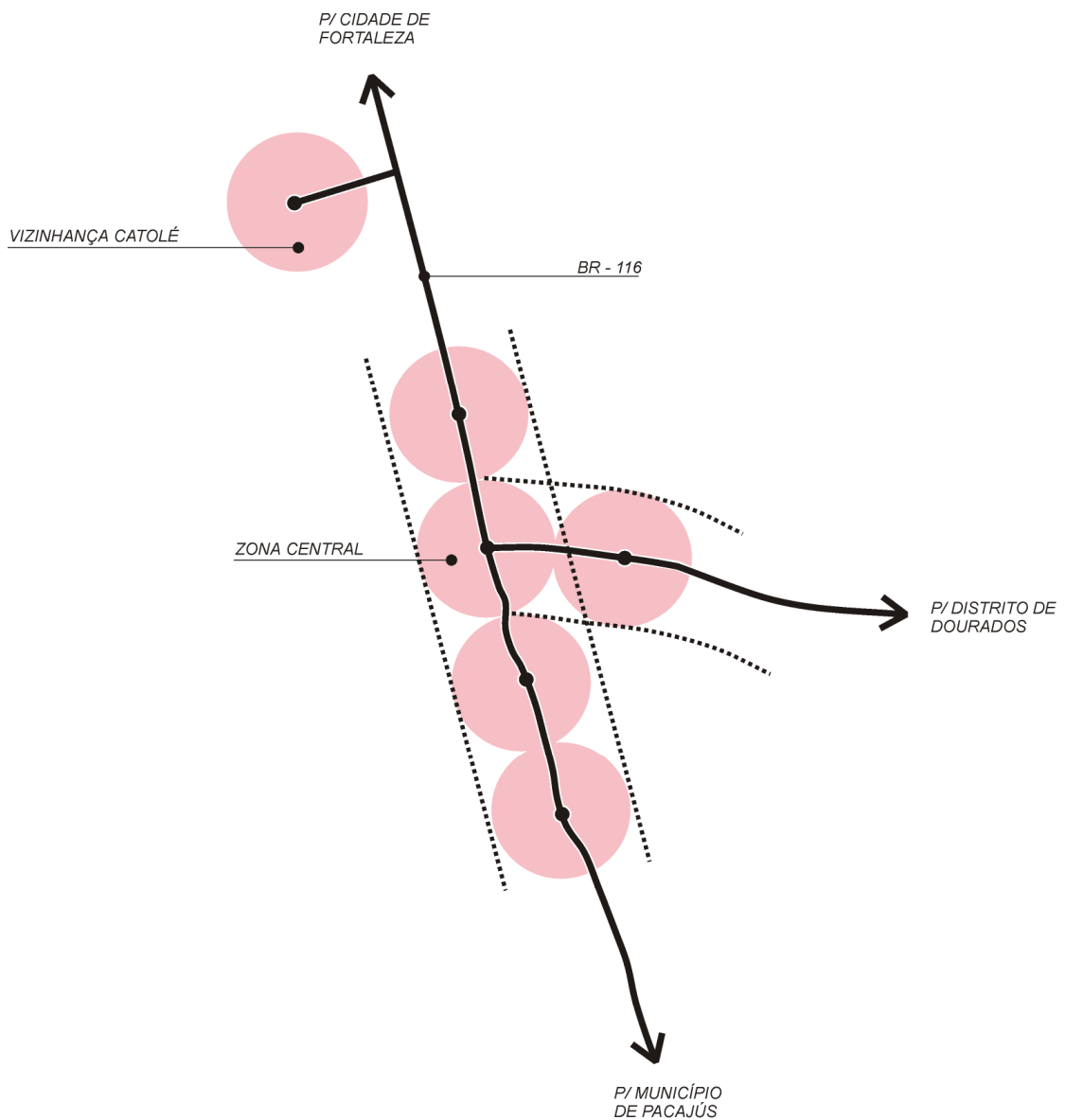


CROQUIS N° 08 – Urbanização dos Vazios Urbanos

Conceito 11 – A cidade deve incentivar a construção e a manutenção de pequenos centros de comércio e serviços servindo às Vizinhanças e ao mesmo tempo manter e apoiar o centro urbano como coração convergente de toda a região.

Diretrizes

1. Os centros de Vizinhanças deverão compreender serviços e comércios básicos a fim de que a população utilize-se do centro, primordialmente, para finalidades de cunho cultural, entretenimento, comércio e serviços específicos, serviços sociais, atividades comunitárias e estação de transporte.
2. A forma de ocupação das novas Vizinhanças deverá favorecer uma acessibilidade igualitária em relação aos seus núcleos centrais, não privilegiando nenhum segmento ou classe.
3. Horizonte poderá adotar a forma de crescimento através de “nós” (centro de Vizinhança), todos hierarquicamente relacionados ao centro urbano como “coração” cívico e simbólico da cidade (CROQUIS N° 09).



CROQUIS Nº 09 – Centros de Atração das Unidades de Vizinhança

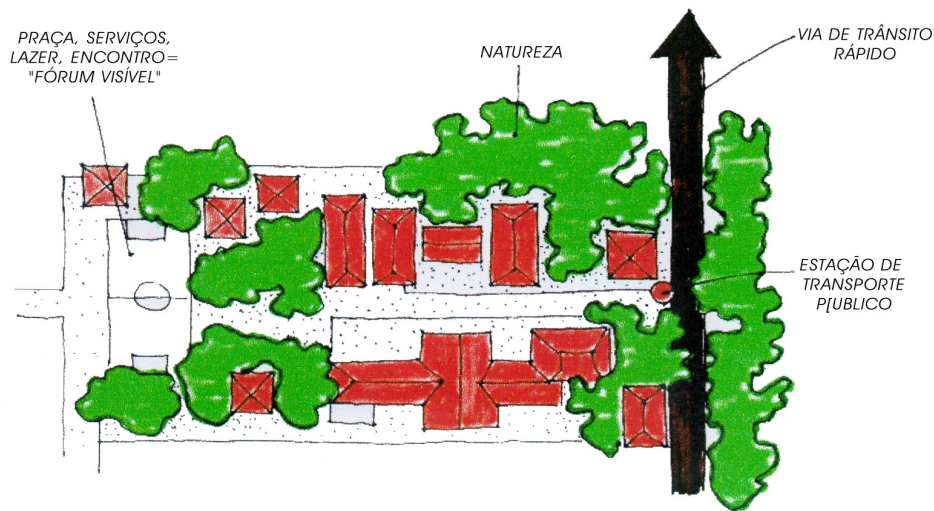
Conceito 12 – Os padrões básicos de urbanização deverão nortear-se por um conjunto de áreas de média / alta densidade, com uso misto, dentro de um raio de caminhabilidade saudável, contendo habitação, emprego, comércio, serviços e espaço aberto para lazer e natureza. Cada conjunto formará uma Vizinhança que terá seu espaço central comunitário bem definido e conectado a um sistema de transporte coletivo.

Diretrizes

1. A cidade deverá desenvolver-se como um sistema de Vizinhanças de uso misto contendo,

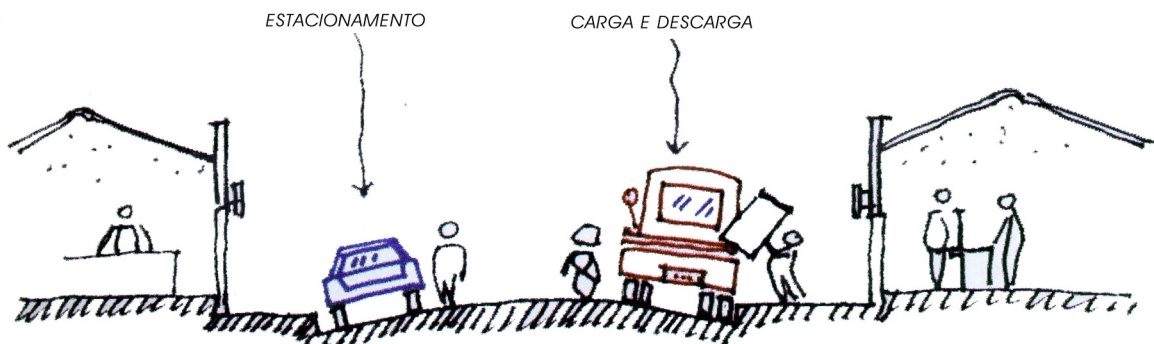
no mínimo, uma combinação de emprego, comércio, serviços e espaços abertos para lazer e convivência com a natureza.

2. Estas Vizinhanças devem oportunizar espaços centralizados para referência comunitária, como “fórum visível” e ponto de conexão com o transporte coletivo, onde os cidadãos poderão se encontrar, discutir os problemas comuns e se organizar para a ação coletiva (CROQUIS N° 10).



CROQUIS N° 10 – Raio de Caminhabilidade – “Fórum Visível”

3. Evitar a proliferação de “corredores comerciais” e seus congestionamentos lineares através do apoio ao desenvolvimento de comércio e serviços nos centros de Vizinhança (CROQUIS N° 11).



CROQUIS N° 11 - Conflitos nos Corredores Comerciais

4. O uso multifamiliar e a tipologia dos “dúplex” populares poderão ser utilizados, quando possível, para reverter as tendências à expansão horizontal e o conseqüente aumento de distâncias, evitando a dependência em relação ao veículo motorizado e permitindo uma melhor adaptação entre o conjunto de Vizinhanças e o sistema de transporte coletivo.
5. Os rios, córregos e riachos que atravessam o sítio original da cidade, deverão ter tratamento ambiental, preservação e urbanização adequados e conveniente de suas margens, quando for o caso, para promover o incremento de áreas de lazer e o convívio com a natureza, por parte de seus habitantes.
6. Quando a escala da Vizinhança justificar (7.000 a 12.000 habitantes), serviços médicos, culturais e educacionais devem ser acrescidos na relação dos serviços comunitários por Vizinhança, com disposição física centralizada (“fórum”) convergindo para espaços de natureza e atendendo a um raio de caminhabilidade médio de 600,00m (seiscentos metros), em relação à residência mais distante (CROQUIS Nº 12).



CROQUIS Nº 12 – Relação de Proximidade entre Habitação e Equipamentos

6.3 HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Conceito 1 – *O Município deverá assegurar políticas e programas para reordenar o espaço da cidade e sua atual forma de ocupação, criar e adaptar as Vizinhanças com diversidade e condições de vida saudável para todos os seus residentes.*

Diretrizes

1. É fundamental que se estabeleça uma identidade de Vizinhança nos diversos espaços ocupados com habitação que não se apresentem caracterizados como tais.
2. É necessário estabelecer políticas e incentivos para equipar e adaptar as Vizinhanças existentes, propiciando atendimento às necessidades de seus moradores, de forma justa e acessível.
3. A implantação de parques para o lazer, caminhadas, contemplação da natureza e animação da vida comunitária, próximo ao domicílio, é o primeiro serviço de saúde a ser oferecido à população.
4. Para que a Cidade de Horizonte possa ser configurada como uma cidade saudável é indispensável dotá-la de equipamentos escolares em número suficiente para abrigar todas as crianças e adolescentes de cada Unidade de Vizinhança.
5. Os locais centrais de encontros da vizinhança (“fórum visível”) devem propiciar a emergência de lideranças-chaves aos quais serão atribuídas missões de engajamento comunitário para a preservação dos padrões urbanos e ambientais propostos. Esse desenho urbano deve garantir segurança nas áreas abertas, praças e ruas, para o fluxo de pedestres e usuários de cada Unidade de Vizinhança.
6. Deve-se implantar e operacionalizar um programa de recuperação (reforma / restauração) das casas populares em acentuado processo de deterioração, objetivando melhorar as condições de habitabilidade das camadas populares dos bairros periféricos.
7. Devem ser criadas políticas e incentivos para a manutenção das habitações existentes e o desenvolvimento de novas habitações na zona central, para favorecer a vitalidade do espaço público.
8. O Município deverá estabelecer práticas e diretrizes que assegurem que todos os residentes tenham acesso a tipos diversificados de habitação em todas as áreas.

9. Os vazios urbanos centrais e áreas de infra-estruturas subutilizadas deverão receber estímulos para sua ocupação edificatória de forma consistente com os aspectos naturais e com o contexto cultural.
10. O uso inovador de técnicas de projetos e urbanização devem ser estimulados para reduzir os custos do desenvolvimento das Vizinhanças.
11. O Município deve ter processos e procedimentos de aprovação de projetos de Vizinhanças e urbanizações que favoreçam a correta relação com o contexto natural e reduza os custos das urbanizações.

Conceito 2 – *A Cidade de Horizonte deverá melhorar sua estrutura de organização espacial no que concerne à forma de ocupação, gerando características de Vizinhanças mais consolidadas e fazendo emergir uma identificação do habitante com o espaço onde ele vive.*

Diretriz

A política de uso e ocupação do solo deverá induzir o crescimento urbano das áreas contíguas às já adensadas, além de incentivar uma maior concentração populacional nas Vizinhanças consolidadas.

Conceito 3 – *O Município deve utilizar mecanismos de monitoramento e programação para manter a estabilidade das Vizinhanças, assegurando a preservação das existentes e prevenindo-se contra os níveis críticos de deterioração das mesmas.*

Diretrizes

1. O primeiro passo a ser dado nessa direção é a transformação dos loteamentos em Vizinhanças caracterizáveis, a fim de que se possa estabelecer parâmetros e equidade dos acessos aos serviços e apoios para os diversos segmentos da população.
2. O Município identificará nas Vizinhanças existentes, os problemas de conservação e reabilitação.
3. Para a manutenção e estabilidade das Vizinhanças, é importante desenvolver, nos loteamentos, um trabalho de identificação com os valores da cultura urbana do Município e

seus símbolos, através da revitalização do associativismo comunitário e apoiado pela configuração física dos espaços centrais da comunidade.

Conceito 4 – Políticas e programas deverão ser estabelecidos para estimular a criação de oportunidades de emprego, formação de mão-de-obra e prover níveis eqüitativos de serviços dentro das Vizinhanças.

Diretrizes

1. Município promoverá a reurbanização das Vizinhanças para prover o emprego, o comércio, a habitação e os serviços acessíveis. As áreas de saúde e de educação são potencialmente empregadoras de mão-de-obra, tanto na esfera pública como na privada, carecendo de programas de capacitação para apoiar as oportunidades nestes setores.
2. É indispensável uma melhor distribuição dos serviços educacionais no raio de alcance dos moradores das Vizinhanças, complementando a estrutura existente através da implantação de treinamentos na área profissionalizante e da possibilidade de instalação de um *Campus Avançado* da Universidade Estadual, onde poderão se desenvolver cursos voltados para a capacitação dos profissionais diretamente envolvidos na implementação de políticas públicas básicas (educação e saúde) e no desenvolvimento econômico da região (agricultura e indústria).

6.4 INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Conceito 1 – O Município de Horizonte assegurará que todas as áreas da cidade sejam servidas por infra-estruturas de serviços adequadas e bem mantidas, servindo às Vizinhanças já existentes e às futuras de forma eqüitativa.

Diretrizes

1. Horizonte deverá servir aos seus residentes com níveis adequados de serviços, antecipando-se às necessidades e ao crescimento desejado.
2. Os serviços devem ser planejados de maneira a promover um desenvolvimento contíguo.
3. O Município deve assegurar a distribuição eqüitativa de serviços públicos da maneira mais eficiente possível.
4. Toda zona urbana terá assegurado os serviços de saneamento básico.

Conceito 2 – O Município assegurará que o sistema de parques e recreação proverá serviços de recreação para todos os residentes e que as áreas urbanizadas conterão os serviços indispensáveis. O sistema deverá ser desenhado para proteger, realçar e incorporar os aspectos naturais para acomodar e atrair eventos locais, regionais e nacionais, além de incluir áreas para montagem de circos e parques de diversão.

Diretrizes

1. Horizonte deverá criar um amplo conjunto de serviços recreacionais e oportunidades para promover serviços igualmente acessíveis a todos os residentes. Os parques cobrirão desde a escala do parque local até o grande parque regional.
2. As urbanizações futuras irão requerer planos de previsão de controles adequados dos problemas de drenagem, que serão reduzidos através da proteção de caminhos de água com cobertura vegetal, que podem ser usados para funções recreacionais, especialmente como seqüência de trilhas planejadas.
3. O Município deve assegurar que o futuro desenvolvimento de áreas periféricas de Vizinhança, incluam serviços e espaços de recreação.
4. O Município deverá criar meios para realçar e preservar a densidade da vida selvagem ao longo das trilhas e, ao mesmo tempo, reduzir os custos através da manutenção da paisagem.
5. As áreas marginais aos rios Catu e Mal Cozinhado, bem como ao Açude Pacoti, deverão ter suas faixas de proteção (1ª Categoria) delimitadas, devendo o Município protegê-las, podendo estas serem usadas como parques e áreas de recreação para a população.

6.5 INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

Conceito 1 – A cidade deve ofertar à população os meios que lhe assegurem uma condição de vida saudável. Essa condição tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente preservado, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer, o acesso a bens e serviços essenciais e as áreas verdes livres para passeios e caminhadas. Deve-se pensar em qualidade de vida e não somente em equipamentos e serviços de saúde.

Diretrizes

1. Implantar melhorias no ambiente físico e social, expandindo os recursos para uso comunitário, possibilitando às pessoas e às famílias o desenvolvimento de seus potenciais e a melhoria de sua qualidade de vida. A municipalidade deve facilitar física, espacial e funcionalmente o acesso dos habitantes aos serviços de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, às escolas e aos serviços culturais, caracterizando a universalização do atendimento.
2. Prestar serviços de saúde à população através de um sistema descentralizado, composto por várias unidades (estabelecimentos) de diferentes níveis de complexidade, hierarquizadas e articuladas entre si, para o atendimento harmônico e abrangente das necessidades da comunidade municipal e algumas vezes da região.
3. Assegurar que a cidade conquiste um elevado nível de saúde para a sua população, ofertando serviços de atenção primária e secundária em rede hierarquizada e descentralizada de unidades de saúde.
4. Definir o nível de complexidade de cada unidade de saúde do sistema, baseado no grau de diferenciação das atividades desenvolvidas (primárias e secundárias).
5. Constituir equipes multidisciplinares que desenvolvam uma relação contínua e de grande proximidade com as famílias, através de visitas domiciliares e atendimento em unidades de saúde, mediante demanda organizada e demanda de emergências.
6. Capacitar continuamente os profissionais no novo modelo de saúde (PSF), identificando os modos de vida das famílias, seus problemas, seus riscos de adoecer e morrer, prestando atendimentos básicos ou primários de saúde à população.
7. Realizar atividades de promoção, prevenção e recuperação da saúde, ao nível comunitário e ambulatorial, através de pessoal elementar, de nível médio, médicos generalistas e enfermeiros nos serviços de atenção primária.
8. Locar unidades de atenção secundária (Centros de Saúde) estrategicamente posicionadas no espaço urbano, para servirem de referência ao encaminhamento de pacientes das Unidades de Vizinhança em ações que complementem a resolutividade dessas unidades. As unidades secundárias serão referências para atendimento e cobertura de pacientes encaminhados às várias Unidades de Vizinhança e distritos.

9. Organizar a atenção secundária através de ambulatório geral que atenderá a 5.000 habitantes da área circunvizinha ao ambulatório e mais 30.000 a 45.000 habitantes encaminhados para consultas especializadas pelos Centros de Saúde das Unidades de Vizinhança.
10. Dimensionar os hospitais locais para, além de atender as quatro especialidades básicas demandadas pelos pacientes referidos dos Centros de Saúde e dos Ambulatórios Gerais de sua área programática, oferecer cobertura ao atendimento de emergências na proporção de 2 leitos para cada 1.000 habitantes da cidade e 1 leito para cada 1.000 habitantes da área fora da sede (referenciados).
11. Assegurar o transporte de pacientes de acordo com a necessidade e o problema, entre as unidades básicas de saúde e as unidades secundárias de referência, mediante ambulâncias acionadas por sistema de telefonia.
12. Implantar parques para o lazer, caminhadas, contemplação da natureza e animação da vida comunitária, próximos ao domicílio, como o primeiro serviço de saúde a ser oferecido à população.
13. Oferecer e assessorar a criação e manutenção dos locais de lazer e áreas verdes para a manutenção de condições saudáveis, sem poluentes e sem lixo. O acesso a esses locais deve ser facilitado a todas as pessoas da cidade. Aumentar os espaços abertos, como os parques, para um desenvolvimento infantil mais saudável, ampliar praças para esportes e aumentar as atividades físicas e culturais que promovam a saúde física e mental da população.

Conceito 2 – *Horizonte deve ser servida por um conjunto de equipamentos educacionais, culturais, esportivos, de lazer e de segurança pública, compatíveis com sua vocação econômica, comercial e de serviços, especialmente serviços educacionais, na região que polariza.*

Diretrizes

1. Assegurar que todas as Unidades de Vizinhança sejam servidas por uma rede de creches e escolas (educação infantil) e ensino fundamental, conectadas a escolas de ensino médio que assegurarão suporte na absorção do fluxo de alunos concludentes, observada a proximidade casa-escola.

2. Garantir serviços educacionais acessíveis, nos níveis básico e médio, de boa qualidade e gratuito para crianças e adolescentes oriundos de famílias de baixa renda, conectados a equipamentos esportivos e culturais, nas Unidades de Vizinhança e nas sedes dos distritos.
3. Melhorar o padrão de desempenho das escolas de ensino médio, especialmente as de formação de técnicos de nível médio, para suprir a demanda local, atual e futura, de sua indústria, comércio e serviços.
4. Prover as Vizinhanças com mini-bibliotecas, oficinas profissionalizantes, quadras esportivas, equipamentos culturais e postos policiais num alcance adequado aos pedestres, pois os habitantes da cidade têm necessidade de sentirem-se seguros, saudáveis e educados.
5. É indispensável que postos ou cabines policiais sejam implantados nas Unidades de Vizinhança e nas sedes dos distritos, visando garantir segurança e tranqüilidade ao cidadão.

6.6 SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE PÚBLICO

Conceito 1 – *O sistema de ruas da cidade e o padrão de uso do solo serão diretamente dirigidos e desenhados para apoiar o padrão de desenvolvimento estabelecido no Plano Diretor. O "lay-out" geral do sistema de ruas será desenhado para incorporar uma rede de ruas locais e coletoras, para reduzir o congestionamento do tráfego, prover boa circulação de veículos e melhorar a relação custo / benefício do sistema. As novas urbanizações serão desenhadas para estimular o movimento de pedestres, o trânsito de massa e novas alternativas de transporte.*

Diretrizes

1. O Plano de Uso do Solo deverá contemplar a utilização da diretriz do atual leito da BR-116 como eixo de um *boulevard* suporte da trilha da mobilidade, incluindo transporte coletivo, pedestres e bicicletas, cuja situação será oportuna para obter um bom raio de alcance das duas bacias de captação (interior e exterior à BR-116).
2. Este *boulevard* terá características de parque linear, conectando-se ao sistema de parques da cidade e, ao mesmo tempo, o de um eixo ordenador da reurbanização das Vizinhanças existentes e da criação de novas Vizinhanças.

3. A cidade desenvolverá um desenho flexível de *standards* para largura de vias, baseadas nos padrões de uso do solo e densidades.
4. A cidade deverá planejar a correção de alinhamento de vias e a construção de trechos novos, onde o desenvolvimento é impedido por trechos bloqueados ou mal planejados.
5. As futuras urbanizações devem prever os movimentos de pedestres, bicicletas e trânsito de massa. Quando o conceito de centros de Vizinhança se realizar, a cidade poderá cogitar da construção de um sistema fixo de transporte rápido sobre o atual leito da BR-116, conectando as Vizinhanças entre si.
6. Na medida do possível, é necessário prever a disposição das futuras Vizinhanças de maneira interconectada pelo sistema linear de transporte rápido, e este, por sua vez, com as trilhas de pedestres, parques e ciclovias.

Conceito 2 – *A relação física entre a cidade e as rodovias que a ela chegam ou a atravessam, deve ser revista no sentido de precaver conflitos futuros entre o tráfego rodoviário e as Vizinhanças habitacionais. (Ex.: centro da Cidade de Horizonte com relação a BR-116).*

Diretrizes

1. Disciplinar o comércio às margens das rodovias, evitando os conflitos com a mobilidade de pedestres e respeitando as previsões para faixas de domínio.
2. Viabilizar a implantação da variante da BR-116, sem cruzar o centro da cidade.

Conceito 3 – *O terminal rodoviário devere configurar um sistema consistente com a nova escala estratégica da cidade, no tocante às suas localizações e programas.*

Diretriz

Estudo da localização, alteração das funções, vias de acesso e contexto circundante do terminal rodoviário.

Conceito 4 – *O Município de Horizonte deverá implantar um modelo institucional de gerência dos transportes públicos, objetivando gerenciar e controlar seu planejamento e operações.*

Diretriz

Criação de um órgão na estrutura administrativa da Prefeitura, com o objetivo de planejar controlar e fiscalizar os transportes públicos no Município.

Conceito 5 – *Estabelecer espaços bem definidos e apropriados a cada função modal, priorizando, em seqüência, os deslocamentos a pé, de bicicleta, por transporte coletivo e veículos particulares.*

Diretriz

O desenho do sistema viário deverá contemplar calçadas ou calçadões, ciclovias, pistas exclusivas para veículos coletivos e pistas para veículos particulares, de conformidade com os níveis de demanda.

Conceito 6 – *O sistema de transporte público urbano, deverá ser modular e evolutivo, acompanhando o crescimento da demanda, e compatível com o modelo de ocupação e uso do solo.*

Diretriz

Estabelecer um sistema de transporte cujos diversos modos sejam complementares e não competitivos, integrados, e cuja escolha modal seja adequada aos níveis de demanda.

Conceito 7 – *Pelas características topográficas e pelo desenvolvimento industrial, com instalações de unidades produtivas com uso intensivo de mão-de-obra, deve ser incentivado o uso da bicicleta como meio de deslocamento.*

Diretriz

Estabelecer uma adequada infra-estrutura para circulação, estacionamento e guarda de bicicletas.

6.7 MEIO AMBIENTE

Conceito 1 – *Os efeitos da urbanização sobre o meio ambiente e a natureza finita dos recursos naturais devem ser considerados em todos os projetos dentro do Município. Ênfase especial deve ser dada na manutenção da saúde do sistema ambiental e na proteção dos aspectos naturais nos primeiros estágios do desenho da urbanização e do desenvolvimento.*

Diretrizes

1. Conservação dos recursos naturais e preocupação com os efeitos, a longo prazo, das ações sobre o sistema natural devem ser considerações primárias nas decisões do Município.
2. A cidade deve ser planejada de maneira a assegurar que seu crescimento, a longo prazo, suportará e sustentará o ambiente natural.

Conceito 2 – *Regulamentação, incentivos e políticas para a preservação e restauração de fatores naturais sensíveis, devem ser desenvolvidos e apoiados. Deve ser dada a devida ênfase nas propostas de urbanização para acomodar e proteger os aspectos naturais mais do que a modificação do meio ambiente para acomodar a urbanização.*

Diretrizes

1. Medidas efetivas devem ser tomadas para assegurar que rios, lagoas, córregos, riachos, *habitats* de vida selvagem, bosques, caminhos de águas e outros aspectos naturais sejam protegidos da destruição.
2. Urbanizações que resultam em eliminação ou prejuízo de aspectos naturais importantes devem ser revistas para reduzir seus efeitos de destruição.
3. Deve ser estabelecido um balanceamento entre as áreas naturais e as áreas urbanizadas, através do crescimento urbano bem planejado.
4. O uso do solo e os padrões de urbanização têm que ser definidos de modo a reduzir o consumo de energia e de outros recursos.
5. Os padrões de urbanização devem favorecer a criação de Vizinhanças compactas, com média e alta densidade, reduzindo as distâncias, o custo e o consumo de terra, com usos relacionados a veículos, incluindo ruas, estacionamentos, etc.
6. Altura e volume das edificações, estabelecidos através do índice de aproveitamento, taxa de ocupação, os quais deverão considerar entre outros aspectos a circulação do ar, a iluminação, a insolação, a preservação da paisagem natural e das edificações históricas circundantes.

7. Definição de densidades populacionais, em função da capacidade de ocupação do local e da disponibilidade dos serviços de infra-estrutura.
8. Ocupação de terrenos deve considerar as condições geotécnicas de declividade, suporte de carga, permeabilidade do solo e profundidade do lençol freático.
9. Nos lugares onde os recursos naturais estão dispostos ao lado e sua qualidade é preservada, urbanizações com alta densidade poderão ser permitidas nos terrenos remanescentes, respeitados os limites das faixas de proteção legal.
10. Deverão ser evitadas urbanizações nas superfícies de drenagem natural.
11. Reservas adicionais de áreas verdes próximas às áreas urbanizadas devem ser estabelecidas em toda a cidade.
12. Os loteamentos existentes em desconformidade com a Lei Federal Nº 6.766/79 devem ter seus projetos revistos, principalmente no que se refere às áreas verdes (15% do total da área loteada) e institucionais (5% do total), que devem ser destinadas à conservação ambiental e a instalação de equipamentos públicos e comunitários, respectivamente.

- **Acessibilidade** – É a eficiência da cidade para permitir encontrar pessoas, atividades, meios, serviços, informação ou lugares dentro do espaço urbano.
- **Centro Histórico ou Zona central** – Sempre que houver estas referências, o documento está considerando o entorno da Igreja Matriz.
- **Conceito** – Definição do conteúdo de planejamento produzido a partir da convergência das metas, com os padrões técnicos desejáveis para o atingimento satisfatório destas metas.
- **Controle** – Controle por parte dos moradores do uso, acesso e mudanças dos espaços e atividades dentro da cidade.
- **Crescimento Contíguo** – Crescimento urbano compacto evitando deixar vazios urbanos, a não ser nos casos justificados de zonas de interesse ambiental ou espaços abertos de uso público.
- **Desenho Urbano** – Aspecto global dos volumes construídos nas zonas urbanas e suas relações, incluindo os espaços públicos.
- **Diretrizes** – Expressão do conteúdo que define o curso da ação para materialização dos conceitos.
- **Evolução Urbana** – Compreensão do processo gradativo pelo qual a cidade desenvolveu-se espacialmente, desde a sua fundação até à configuração atual, entendendo os ciclos e fatores que os determinaram.
- **Imagem da Cidade** – Imagem memorável da cidade, cuja silhueta forma-se pela junção dos remanescentes de recursos históricos e culturais combinados com os aspectos naturais, definindo o caráter específico da cidade.
- **Meta** – Condição ou estado relacionado com a satisfação pública ou bem estar geral, para os quais o planejamento deve ser dirigido.
- **Plano Diretor** – É o plano abrangente para o desenvolvimento da cidade, de acordo com as necessidades de seus cidadãos.
- **Recursos Naturais** – Elementos relacionados à terra, água, ar, plantas, vida animal e às inter-relações desses elementos.

- **Vitalidade** – É a capacidade da estrutura urbana de suportar as funções humanas e os requisitos biológicos.
- **Vizinhança** – Área da comunidade cujas funções sociais incluem o desenvolvimento do controle social e facilidades para integração do indivíduo dentro da sociedade. Sua escala de população situa-se entre 7.000 e 12.000 habitantes e contempla a existência de comércio, creche, educação básica, empregos e demais apoios à vida cotidiana, promovendo a descentralização do trabalho e reduzindo os custos de transporte para seus habitantes.

8.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. _____ ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ / IPLANCE, 1995
2. _____ ATLAS DO CEARÁ / IPLANCE, 1995
3. _____ BASE CARTOGRÁFICA DA SUDENE / MINTER, 1972
4. _____ DEMANDAS DOS SEMINÁRIOS “REDESCOBRINDO O CEARÁ” / SETUR - 1995
5. _____ DIREITO URBANÍSTICO BRASILEIRO / Malheiros Editores Ltda. (2ª edição), 1995
6. _____ ITAGUAI – PLANO DIRETOR / 1976 / FUNDREM / Prefeitura Municipal de Itaguaí / RJ, 1975/1979
7. _____ LISTAGEM E CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA MUNICIPAL / PROURB-CE / ARC - Arquitetura e Urbanismo Ltda., 1993
8. _____ MAPA RODOVIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ – 1997 / DERT
9. _____ PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE – Secretaria da Indústria e do Comércio do Município de Horizonte/CE - 1997
10. _____ PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – PLANDIRF / Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE, 1970
11. _____ PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – 1996 / Governo do Estado do Ceará - SEPLAN/CE
12. _____ PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE GARANHUNS / Prefeitura Municipal de Garanhuns/PE, 1978/1979
13. _____ PLANO DIRETOR DE CAMPINAS / SP / Prefeitura Municipal de Campinas/SP, 1995
14. _____ PLANO DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO – MOSSORÓ/ RN / Prefeitura Municipal de Mossoró/RN, 1974
15. _____ PLANO URBANÍSTICO BÁSICO DE SÃO PAULO / Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, 1969
16. _____ RANKING DOS MUNICÍPIOS / IPLANCE, 1995
17. _____ REDE URBANA E RELAÇÕES CIDADE-CAMPO / Revista Brasileira de Geografia / IBGE, 1985.

18. Alexander, Christopher. EL MODO INTEMPORAL DE CONSTRUIR – Editorial Gustavo Gili, 1981
19. Alexander, Christopher. UN LENGUAJE DE PATRONES – Editorial Gustavo Gili, 1977
20. Brower, Sidney. GOOD NEIGHBORHOODS – Praeger Publishers, 1996
21. Calthorpe, Peter e Van Der Ryn, SIM. SUSTAINABLE COMMUNITIES – Sierra Club Books, 1991
22. Calthorpe, Peter. PEDESTRIAN POCKET BOOK – Princeton Architectural Press, 1989
23. Carlos Vaz, José. INVERSÃO DE PRIORIDADES NAS VIAS PÚBLICAS – Revista Acrópole
24. Carr, Stephen. - FRANCIS, MARK. PUBLIC SPACE – Cambridge University Press, 1992
25. Castex, Jean / Panerai, Philippe. FORMAS URBANAS: DE LA MANZANA AL BLOQUE – Editorial Gustavo Gili, 1986
26. Castroviejo, Miguel. ECOTURISMO, CRITÉRIOS DE DESAROLLO – Icona, 1992
27. Chovay, Françoise. O URBANISMO – Editora Perspectiva, 1965
28. Ciardini, Francesco. LOS CENTROS HISTÓRICOS – Editorial Gustavo Gili, 1983
29. Daniels, P. W. MOVIMIENTO EN CIUDADES – Instituto de Estudios de Administracion Local, 1983
30. de Abreu, Capistrano. CAMINHOS ANTIGOS E POVOAMENTO DO BRASIL – Briquet, 1930
31. Del Rio, Vicente. DESENHO URBANO – Pini Editora, 1990
32. Dupré - Henry, Dominique. COMPOSITION URBAINE – Les Editions du Stu, 1992
33. Eisner, Simon. GALLION ARTHUR, THE URBAN PATTERN – Van Nostrand Reinhold, 1993
34. Fábio Pelúcio Falcão, Marlio. PEQUENO DICIONÁRIO TOPONÍMICO DO CEARÁ – 1ª Edição
35. Girão, Raimundo. EVOLUÇÃO HISTÓRICA CEARENSE – Banco do Nordeste do Brasil S.A.- ETENE / Fortaleza/CE
36. Goodall, Brian. LA ECONOMIA DE LAS ZONAS URBANAS – Instituto de Estudios de Administracion Local, 1974
37. Gueddes, Patrick. CIDADES EM EVOLUÇÃO – Papyrus Editora, 1994

38. GUIA DOS BENS TOMBADOS DO ESTADO DO CEARÁ – FORTALEZA – Secretaria de Cultura e Desporto - 1995
39. Jacobs, Jane. THE DEATH AND LIFE OF AMERICAN CITY – Vintage Books, 1992
40. Kaiser, Edward; Godschlak, David. URBAN LAND USE PLANNING – University of Illinois Press, 1993
41. Kelbauch, Douglas. COMMON PLACE – University of Washington Press, 1997
42. Lamas, José M. Ressano Garcia. MORFOLOGIA URBANA E DESENHO DA CIDADE – Fundação Calouste Gulbenkian, 1992
43. Laurie, Michel. INTRODUCCIÓN A LA ARQUITECTURA DEL PAISAJE – Editorial Gustavo Gili S.A, 1983
44. Liberal de Castro, José. PEQUENA INFORMAÇÃO RELATIVA À ARQUITETURA NO CEARÁ – FORTALEZA, 1997
45. Lynch, Kevin. LA BUENA FORMA DE LA CIUDAD – Editorial Gustavo Gili, 1984
46. Lynch, Kevin. LA IMAGEM DE LA CIUDAD – Ediciones Infinito, 1970
47. M. Hill, Dilys. CITIZENS AND CITIES – Biddles Ltd, 1994
48. Martins Filho, Antônio/ Girão, Raimundo. O CEARÁ – Editora Instituto do Ceará, 1966
49. Mausbach, Hans. URBANISMO CONTEMPORÂNEO – Editorial Presença, 1981
50. Mumford, Lewis, A CULTURA DAS CIDADES – Livraria Itatiaia Ltda, 1961
51. Mumford, Lewis, THE CITY IN HISTORY – Penguin Books Ltd, 1961
52. Pinon, Pierre. LIRE E COMPOSER L'EPAGE PUBLIC – Les Editions du Stu, 1992
53. Porterfield, Gerald. A CONCISE GUIDE TO COMMUNITY PLANNING – Mc Gran Hill, 1995
54. Prinz, Dieter. CONFIGURAÇÃO URBANA VOL I E II – Editorial presença, 1980
55. Quaroni, Ludovico. LA TORRE DE BABEL – Editorial Gustavo Gili S.A, 1967
56. Richards, Brian. TRANSPORT IN CITIES – Architecture Design and Technology Press, 1990
57. Rossi, Aldo. LA ARQUITECTURA DE LA CIUDAD – Editorial Gustavo Gili, 1971
58. Salette de Souza, Maria. APPROCHE DU FAIT URBAIN AU CEARÁ - 1974 – Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro (Julho/Setembro - 1997)
59. Sanches, Álvaro. SISTEMAS ARQUITETÔNICOS E URBANOS – Editorial Trilhas, 1978

60. Sitte, Camillo. A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES SEGUNDO PRINCÍPIOS ARTÍSTICOS – Editora Ática, 1992
61. Southworth, Michael. STREETS AND THE SHAPPING OF TOWNS AND CITIES – Mc Graw Hill, 1997
62. Studart Filho, Carlos. PÁGINAS DE HISTÓRIA E PRÉ-HISTÓRIA – Editora Instituto do Ceará, 1996
63. Tandy, Clifff. PAISAJE URBANO – Blume Ediciones, 1976
64. Tchumi, Bernard. ARCHITECTURE AND DISJUNCTION / The Mit Press, 1994
65. Tchumi, Bernard. EVENT CITIES – The Mit Press, 1994
66. Velho, Otávio Guilherme. O FENÔMENO URBANO – Editora Guanabara, 1987
67. Venturi, Robert. COMPLEXIDAD Y CONTRADICION EN LA ARQUITECTURA – Editorial Gustavo Gili, 1972
68. Whyte, William H. CITY – Anchor Books, 1988

Inserir Mapa Nº 01 – Organização Territorial do Município

Inserir Mapa Nº 04 – Uso do Solo – Condições Atuais

Inserir Mapa Nº 05 – Habitação e Comunidade – Condições Atuais

Inserir Mapa N° 06 – Infra-estruturas e Serviços Públicos – Condições Atuais

Inserir Mapa Nº 07 – Sistema Viário e Transporte – Condições Atuais

Inserir o Mapa Nº 08 – Meio Ambiente – Condições Atuais